



Controladoria e o planejamento estratégico como ferramenta de gestão para maximização dos resultados nas Microempresas (Me) e Empresas de pequeno porte (Epp)

Controllershship and strategic planning as a management tool to maximize results in Micro-enterprises and Small-sized Companies

Controladuría y planificación estratégica como herramienta de gestión para maximizar resultados en Microempresas (Me) y Pequeñas Empresas (Epp)

Jean Carlos Inacio Filho¹
Clesiomar Rezende Silva²

RESUMO

O presente artigo procura demonstrar como a controladoria e o planejamento estratégico podem ser utilizados como ferramentas de gestão e podem ajudar na maximização dos resultados das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), e expõe de que forma tais instrumentos são capazes de contribuir na gestão, e na melhoria dos seus resultados e que não são apenas voltadas para as grandes empresas. Neste contexto, o presente estudo propõe-se mostrar como essas ferramentas são importantes dentro das empresas de menor porte, ajudando na gestão e maximização de seus resultados, por meio de informações que serão repassadas para seus gestores, ajudando assim nas tomadas de decisões. Para o desenvolvimento desse trabalho, foi utilizado os fundamentos da pesquisa bibliográfica, em que foram reunidos conceitos e ideias retirados de sites, revistas, livros e artigos avulsos, ampliando o conhecimento de como essas ferramentas podem ajudar as empresas. Das análises tecidas e dos conhecimentos articulados em forma de diálogo entre os diversos autores, observou-se que, com suas utilizações, uma empresa estará sempre preparada, pois conseguirá identificar falhas com rapidez, e identificar qual a melhor decisão tomar, assim trazendo o melhor resultado. Depreendeu-se que a controladoria e o planejamento estratégico, trabalhando juntos, conseguem captar informações, traduzi-las para serem utilizadas a favor da empresa, ajudando a solucionar falhas, evitar perdas, melhorar o rendimento, perceber novas oportunidades, com isso a empresa conseguirá melhorar seus resultados operacionais.

Palavras-chave: Controladoria. Planejamento estratégico. Maximização dos resultados. Microempresas e empresas de pequeno porte.

¹ Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara/FAJ, e-mail: jeanfilho1828@gmail.com.

² Professor Especialista em Gestão Empresarial: controladoria e finanças e Contabilidade, perícia e auditoria e orientador do presente estudo - faculdade de Jussara/FAJ, e-mail: clesiomarsilva@hotmail.com.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate how controllership and strategic planning can be used as management tools and can help to maximize the results of micro and small businesses, and exposes how such instruments are able to contribute to management, and in the improvement of their results and that are not only aimed at large companies. In this context, the present study proposes to show how these tools are important within smaller companies, helping in the management and maximization of their results, through information that will be passed on to their managers, thus helping in decision making. For the development of this work, the fundamentals of bibliographic research were used, in which concepts and ideas taken from websites, magazines, books and separate articles were gathered, expanding the knowledge of how these tools can help companies. From the analyzes made and the knowledge articulated in the form of dialogue between the various authors, it was observed that, with its uses, a company will always be prepared, as it will be able to quickly identify failures, and identify the best decision to take, thus bringing the best result. It was found that controllership and strategic planning, working together, are able to capture information, translate it to be used in favor of the company, helping to solve failures, avoid losses, improve performance, perceive new opportunities, with this the company will be able to improve your operating results.

Keywords: Controllership. Strategic planning. Maximization results. Micro-enterprises and small businesses.

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) têm um papel importante na economia do país. São elas que mais criam vagas de emprego, além de serem responsáveis por grande parte da produção industrial no mundo. No entanto, elas possuem muitos problemas devido ao seu tamanho e estrutura.

Muitos de seus problemas estão ligados diretamente a falta de ferramentas ou a má utilização destas ferramentas na gestão da empresa, o que as levam a terem mais dificuldade de competir no mercado e de se manter em pleno funcionamento, levando assim ao seu fechamento.

A controladoria e o planejamento estratégico são ferramentas quase que inexistentes nas pequenas e médias empresas devido seus gestores acharem que pelo tamanho de seus negócios não necessitam desses instrumentos, ou acham que profissionais sem capacitação conseguem realizar essas tarefas, o que leva às más interpretações das informações que venham a obter, assim tomando decisões erradas.

Entretanto, as empresas que investem nesses instrumentos possuem grandes vantagens, pois sempre estarão tomando as decisões mais benéficas, além de estarem preparadas para o que vier a acontecer no futuro, também terão setores trabalhando na sua maior eficiência, sem que haja gargalos.

Diante, destarte, da necessidade de conhecer melhor estas ferramentas, este trabalho possui como objetivo geral, demonstrar como a controladoria e o planejamento estratégico, na condição de instrumentos de gestão que cooperam em conjunto, podem maximizar os resultados dentro das micro e pequenas empresas, que são esquecidas mediante a utilização dessas ferramentas.

Já como objetivos específicos, a pesquisa pretende conceituar a controladoria e seus objetivos e todas as suas peculiaridades, trazer o papel do *Controller* mediante a essas ferramentas dentro das médias e pequenas empresas, definir o que são microempresa e empresa de pequeno porte, e também fornecer conhecimento sobre o planejamento estratégico e sua importância dentro desses tipos de empresa e mostra que aplicado dentro dessas modalidades empresariais atinge uma maximização dos resultados operacionais.

Como problemática este trabalho possui a seguinte: Como a controladoria juntamente com o planejamento estratégico pode contribuir com a maximização dos resultados operacionais dentro das micro e pequenas empresas?

A controladoria e o planejamento estratégico são fundamentais na empresa, pois ajudam na gestão, através da obtenção e interpretação das informações contábeis, ajudando a corrigir os pontos fracos, e desenvolvendo um caminho para a empresa seguir, fortalecendo-a para os obstáculos que surgirem.

Essas ferramentas também irão contribuir para que a empresa esteja trabalhando dentro do que foi planejado, alcançando as metas estipuladas e cumprindo seus objetivos. Através de suas utilizações os gestores vão perceber antes mudanças na economia, ajudando assim a prevenir que a empresa tenha mais oferta do que está tendo demanda, evitando assim prejuízos.

Este trabalho, quanto aos seus aspectos metodológicos, utilizou a pesquisa bibliográfica, pois “utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados” (SEVERINO, 2007, p. 122). Esses dados estão presentes em livros científicos, revistas, sites confiáveis além de publicações avulsas e leis.

Cumprir ressaltar que essa pesquisa, mostrará como a controladoria e o planejamento estratégico tem importância dentro das micro e pequenas empresa, que mesmo tendo pequena estrutura, podem ter problemas muito complicados para serem resolvidos, mas com essas ferramentas iram encontrar e resolver com agilidade, assim ajudando na maximização de seus resultados.

2 DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, terão algumas considerações acerca da controladoria e do planejamento estratégico e como juntos podem ajudar com a maximização dos resultados nas microempresas e empresa de pequeno porte. Para tal fim, busca-se um diálogo epistemológico entre diversos estudos sobre a controladoria e o Planejamento Estratégico, com o intento de, através da Ciência, diagnosticar suas peculiaridades e utilidades para as empresas.

3 CONTROLADORIA: CONCEITO, OBJETIVO E PECULIARIDADES

A controladoria conforme Schimidt (2002, p. 20), surgiu no início do século XX na América do Norte com a finalidade de realizar rígido controle de todos os negócios realizados dentro daquele grupo de empresas, ou seja, desde a matriz até suas filiais.

Segundo Beuren, Borgoni e Fernandes (2002), a controladoria se iniciou no Brasil com a vinda de multinacionais norte-americanas, que trouxeram profissionais para ensinar as teorias e práticas contábeis além de demonstrar a prática de um sistema de informação com a capacidade de atender todos os tipos de usuários, mantendo o controle operacional da empresa.

De acordo com Mossiman (1999, p. 99):

A controladoria é o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos da ciência da administração, economia, psicologia, estatística e principalmente da contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, com a finalidade de orientá-las para a eficácia, delegando para a tomada de decisões sobre eventos, transações e atividades que possibilitem o enquadramento do suporte ao processo de gestão.

Dentro da controladoria, está agrupado um conjunto de princípios que se originaram das ciências da administração, ciências econômicas, da psicologia, da estatística, mas principalmente do ramo da contabilidade. Esses princípios tem um só objetivo, o de tomar a melhor decisão para a empresa.

Para Oliveira (1998, p. 19) “Uma controladoria eficiente e eficaz deve estar capacitada a organizar e reportar dados e informações relevantes e exercer uma força capaz de influir nas decisões dos gestores da entidade”. Esses dados serão fornecidos à controlaria pela contabilidade responsável da empresa.

Para Alves, Fisch e Mossimam (1993, p. 81):

O órgão administrativo Controladoria tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborar com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia de suas áreas quanto aos aspectos econômicos e assegurar a

eficácia empresarial, também sob aspectos econômicos, através da coordenação dos esforços dos gestores das áreas.

A controladoria tem como papel principal interpretar as informações recebidas e traduzir elas de forma que os gestores da empresa possam entender, e auxiliá-los nas tomadas de decisões, mas é preciso que as informações fornecidas sejam de acordo com a realidade da empresa, para que a escolha tomada não prejudique a entidade. Todavia, para que ocorra tudo como planejado, é necessário a participação de todos os setores, para assim garantir que estão trabalhando com um mesmo propósito.

Com o passar do tempo a controladoria vem ganhando cada vez mais importância, assim aumentando seu espaço dentro das empresas, e se tornando ferramenta principal para tomada de decisão dos gestores. Pois tem se mostrado que é fundamental para a tomada de decisão mais lucrativa, devido a vantagem de saírem na frente de seus concorrentes, além de ter informações que ajudam os gestores a planejar objetivos e metas que buscam alcançar.

Conforme Mosimann e Fisch (1999, p. 90) “a missão da controladoria é otimizar os resultados econômicos da empresa para garantir sua continuidade, por meio da integração dos esforços das diversas áreas”. Essa otimização de resultados ocorre através do controle dos custos fixos, variáveis e semivariáveis.

Segundo Kanitz (1977) as funções da controladoria são as seguintes: informação, motivação, coordenação, avaliação, planejamento e acompanhamento em que cada uma tem papel importante dentro da empresa, ajudando-a a continuar em atividade, mesmo com todas essas funções a empresas que tem funções específicas para a controladoria.

Em conformidade com Padoveze (1997, p. 30):

A controladoria tem como função principal a responsabilidade pelo processo de gestão da empresa como um todo (planejamento estratégico, planejamento operacional, programação, execução e controle), ao mesmo tempo em que auxilia subsidiariamente as demais atividades da companhia em seus processos de gestão específicos.

Com isso, mostra-se que a controladoria tem papel salutar na etapa de gestão da empresa nos planejamentos estratégico e operacional, pois ela atua tanto com os gestores principais da empresa quanto com as gestões de âmbito operacionais.

A controladoria deve estar sempre em análise, revisando se está acontecendo alguma falha, planejando e sempre fornecendo informações para auxiliar os gestores, buscando trabalhar em sintonia com todas as áreas da empresa, pois terá benefícios para a organização, através da eficácia e eficiência.

Porém, para que a controladoria consiga realizar todos seus objetivos e funções é preciso que ela tenha uma estrutura dentro da organização que lhe forneça velocidade em cada processo que estiver executando, além de precisar ter sempre informações fidedignas para que a decisão tomada sempre seja a correta e melhor para a empresa.

3.1 *Controller* e seu papel

O *Controller* é o profissional responsável pela área da controladoria dentro de uma entidade e para Figueiredo e Caggiano (2006, p. 29) “tem como tarefa manter o executivo principal da companhia informado sobre os rumos que ele deve tomar aonde ir e quais os caminhos que devem ser seguidos”. Assim o dono da empresa sempre estará informado com tudo que está acontecendo dentro de sua companhia, assim poderá sempre escolher o melhor rumo para ir.

Para Kanitz (1976, p. 5) a figura do *Controller* surgiu através de:

Pessoas que exerciam cargos de responsabilidade no departamento contábil, ou no departamento financeiro, uma vez que estes profissionais possuem uma visão ampla da empresa, capacidade esta que os tornou capazes de detectar as dificuldades e propor soluções.

O profissional começou a evoluir a partir da necessidade que a empresa tinha, pois necessitavam que os problemas fossem identificados o mais rápido possível, e que a solução fosse dada o quanto antes, para que a organização conseguisse ter a menor perda possível, ou até mesmo conseguir ser mais rápida que suas concorrentes por perceber a necessidade que está havendo no mercado, assim sair na frente das demais empresas.

Em conformidade com Padoveze (2007, p. 3):

O papel do *controller* é o de monitoramento do plano de ação da empresa, fazendo avaliação coordenada da atuação de todos os gestores, sempre com foco no desempenho e resultados, global e setorial. É importante ressaltar que ele não é o responsável pelo alcance dos resultados planejados. Os gestores é que o são pela geração dos resultados de cada uma de suas áreas. À Controladoria cabe o monitoramento desses resultados em relação aos números planejados. A sua função é de apoio, mas não da responsabilidade final pela obtenção dos resultados setoriais. Podemos dizer, então, que ela não toma decisões operacionais, exceto as necessárias para condução de sua área de atividades.

Portanto, nota-se que o *controller* não tem o papel de administrar a empresa, mas sim de monitorar, verificando se os resultados estão sendo alcançados e dando apoio aos gestores para que eles alcancem os resultados esperados para aquela entidade. Ele é a principal pessoa a quem os

gestores recorrem para ajudar a identificar a melhor escolha, e essas escolhas afetarão nos resultados, uma escolha errada poderá levar até ao fechamento da companhia.

4 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As pequenas e médias empresas (PMEs) conforme Terence (2002), começaram a ganhar espaço e importância a partir de meados da década de 80, onde havia predomínio de grandes organizações em todo o mundo, mas foram perdendo o domínio e começaram a aparecer cada vez mais empresas de pequeno porte.

Para Longenecker; Moore e Petty (1997), as PMEs não são importantes apenas em relação a fatores econômicos e sociais, mas tem grande relevância em relação às descobertas de novas tecnologias e também em relação ao suporte às empresas maiores através de terceirização de serviços e fornecimentos de suprimentos.

Hoje não existe uma definição para PME aceita, vários autores têm definições diferentes, mas para alguns deles, elas são empresas dirigidas pelo próprio dono, onde ele é o principal responsável pelas decisões que foram e vão ser tomadas, com isso cabe a ele manter a organização viva, trazendo resultados.

Cancellier, Almeida e Estrada (2005, p. 2), acreditam que:

A grande vantagem das pequenas empresas reside na sua flexibilidade e manobralidade. Os canais de decisão são curtos, as estruturas são mais simples e há senso de equipe, pois os grupos são pequenos ao redor do dono, permitindo que se perceba oportunidades e sejam implantadas ações com uma rapidez e agilidade difícil de ser copiada por empresas maiores.

Esses estudiosos trazem a ideia de que pequenas e médias empresas conseguem ser mais rápidas que as grandes companhias, isso devido sua estrutura de menor complexibilidade e seu baixo número de colaboradores, com isso conseguindo identificar e colocar em prática as oportunidades antes das demais.

Já as características organizacionais de acordo com Leone (1999), as PMEs têm uma estrutura mais simples, tendo poucos graus hierárquicos, devido às limitações de seus recursos, o próprio proprietário que toma as decisões através de um sistema de informações simples.

Um fator que afeta diretamente as pequenas e médias empresas são a falta de profissionais especializados, que ajudam os seus proprietários os seus gerentes, através do fornecimento de informações sobre a situação da empresa ou sobre como anda o mercado, para que as decisões

tomadas sejam escolhidas da melhor forma para a empresa, evitando a mortalidade de muitas organizações.

4.1 Microempresa

As microempresas (ME) surgiram através da política de desburocratização, que se iniciou em 1970, que buscava estimular a abertura e o funcionamento de novas empresas de menor estrutura (BANTERLI; MANOLESCU, 2007).

As ME, na maioria das vezes, têm contato direto com o consumidor final do produto, por ser apenas uma empresa de comércio local, assim desenvolvendo uma relação entre cliente e o proprietário, tendo uma maior confiança dos consumidores por conhecerem os responsáveis pelo local a onde estão adquirindo um produto ou serviço, e são muito comuns em cidades pequenas, devido ter uma baixa demanda de prestações de serviço ou venda de produtos.

O Brasil tem hoje as ME com base para sustentar sua economia devido seus vastos números de estabelecimentos, e estarem espalhados geograficamente por todas as cidades do país.

As Micro e Pequenas Empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (SEBRAE, 2014, p. 6).

Além do mais, as ME têm papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do país, pois além de gerar grande parte dos empregos formais e estarem presentes em todos os lugares, elas estimulam o desenvolvimento empresário (LEONARDOS, 1984).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), as ME industriais podem ter até 19 colaboradores se for do ramo industrial, já no comércio podem conter apenas 9 no máximo.

Conforme a Lei 123/2006 (BRASIL, 2006) traz em seu artigo 3º, a característica de que: “I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)”.

As microempresas possuem limites tanto de número de colaboradores como em valor de faturamento, quando esses limites são ultrapassados, elas mudam sua denominação, passam a ser denominadas como empresas de pequeno porte.

4.2 Empresas de Pequeno Porte

O surgimento das Empresas de Pequeno Porte (EPP), de acordo com a Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CTEB, 1995), ocorreu no período pós-guerra, uma vez que havia muitas pessoas desempregadas, e a necessidade de reconstruir as cidades que foram destruídas durante a guerra, e as características que fizeram escolher esse tipo de empresa foi sua agilidade e a capacidade de adaptar com as dificuldades que foram surgindo.

As EPP, além de também estarem presentes em cidade de pequeno porte, estão também em cidade maiores, onde são comuns de serem encontradas devido já haver um número maior de consumidores, mas ainda não serem o suficiente para que uma grande corporação consiga sobreviver.

Um dos fatores que diferenciam uma ME de uma EPP é o número de funcionários, podendo ter uma quantidade maior, sendo de 20 a 99 pessoas trabalhando em indústrias e de 10 a 49 se for comércios (SEBRAE, 2004).

Em relação à receita, a EPP conforme a Lei Complementar nº 123/2006 (BRASIL, 2006), seu faturamento anual deve ser maior que R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) anualmente, para continuar se enquadrando na característica de uma empresa de pequeno porte.

Um ponto muito importante que se destaca é a flexibilidade da EPP, posto que elas conseguem se estruturar mesmo com as dificuldades que existem na região, ajudando assim a se manter em funcionamento, e levando emprego e recursos para uma área que estava com necessidades.

Barros e Modenesi (1993) mencionam 5 razões que explicam como as EPP conseguem sobreviver, que são: capacidade de competir com grandes empresas em alguns produtos; elas podem fazer parte na produção de mercadorias das empresas de grande porte; podem produzir matérias para grandes indústrias; conseguem ter ideias de novos objetos que ainda não são fabricados; e podem prestar serviços de reparo de equipamentos para outras empresas.

5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESA

O planejamento é uma ferramenta administrativa da área da controladoria, que vem se tornando mais importante a cada dia, devido sua capacidade de entender os acontecimentos, assim, colaborando para que as metas sejam traçadas da melhor forma possível, com isso conseguindo fazer frente competitivamente aos seus concorrentes.

O Planejamento Estratégico é a etapa inicial do processo de gestão, em que a empresa formula ou reformula suas estratégias empresariais, dentro de uma visão específica do futuro. É a fase de definição de políticas, diretrizes, e objetivos estratégicos e tem como produto final o equilíbrio dinâmico das interações da empresa com suas variáveis ambientais, (PADOVEZE, 2012, p.28).

A falta de um planejamento prejudica a empresa, por não saber onde investir, pode levar a empresa a gastar seu capital inicial, sem ter retorno nenhum para ela, o que a leva a ficar estagnada naquela situação e não conseguir adquirir parte do mercado, assim provocando a falta de faturamento.

As empresas que mais necessitam dessa ferramenta, são as que estão no início ou as pequenas e médias empresas, pois elas precisam de um foco de onde querem chegar e também saber onde será um bom lugar para fazer seus investimentos. A falta de uma estratégia pode levar a empresa ao seu fracasso, ou ao percurso de um caminho mais difícil.

Uma atitude que deve ser tomada por todos os negócios que se iniciam, é investir tempo e recursos financeiros na elaboração de um bom planejamento estratégico, isso irá ajudá-lo a crescer e alcançar as metas que foram estabelecidas, pois para que o empreendimento tenha um bom futuro, ele já tem que estar bem desde de hoje.

As empresas de menor porte têm um grande problema, que é sua sensibilidade com a mudança na econômica do país, devido sua baixa demanda de recursos financeiros, com as crises que a economia brasileira está passando, elas sofrem muito, por não ter recursos para superar a crise, e com isso leva a necessidade de um planejamento para poder estar preparado e superar o mais rápido sem causar grandes problemas.

As pequenas e médias empresas, precisam investir na elaboração de um bom planejamento estratégico, além de garantir que ele será executado, e que as metas pré-estabelecidas sejam alcançadas, garantindo, destarte que a empresa esteja andando no caminho certo, e esteja pronta para enfrentar as dificuldades que aparecer.

A controladoria tem parte na criação do planejamento estratégico, através do fornecimento de recomendações e análises, para assim serem criadas as diretrizes que vão ser adotadas pela empresa.

Todo planejamento deve ser amparado por princípios científicos, práticos e éticos. Planejar não é apenas trabalhar com modelos matemáticos e financeiros. É imperioso reconhecer que as pessoas têm fundamental importância no processo e que planejar não é uma atitude absolutamente previsível, resultante da aplicação de algumas fórmulas e modelos matemáticos, bastando modificar as variáveis das diversas equações que configuram o modelo (MOTANTE, JORGE, 2008, p. 5).

O planejamento estratégico, tem como principal função, além de decidir o objetivo da organização, melhorar os resultados da empresa, buscando atingir os objetivos, além de cumprirem

as metas que foram estabelecidas, assim, cooperando com a empresa, no sentido de viabilizar resultados e atingir metas pré-estabelecidas pelos administradores.

Essa ferramenta está presente no início do processo decisório, pois ajuda a empresa a se preparar para os acontecimentos futuros, como afirma Padoveze (2008, p. 69) “planejamento estratégico é um processo que prepara a empresa para o que está por vir”. Uma empresa que tenha um bom planejamento estratégico nunca terá surpresa, visto que sempre terá uma estratégia para tomar conforme venham acontecer imprevistos.

O planejamento estratégico consiste de um processo de análise das oportunidades e ameaças (ambiente externo) e dos pontos fortes e fracos (ambiente interno) da organização, com vistas a definir diretrizes estratégicas para assegurar o cumprimento da missão da empresa (SCHMIDT, 2002, p. 262).

Através do planejamento estratégico os gestores terão informações tanto do ambiente externo quanto do interno, podendo então analisar as informações obtidas, com isso fazer com que a missão seja cumprida, assim assegurando o futuro do seu negócio.

6 CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS COM OBJETIVO DE MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

A controladoria e o planejamento estratégico juntos trazem grandes benefícios para as pequenas e médias empresas, além de ajudar na sobrevivência, também auxilia para melhorar seus resultados, aumentando seu faturamento e diminuindo seus gastos, assim levando a empresa a ter melhores resultados operacionais.

As pequenas e médias empresas com desvantagem de serem sensíveis as crises econômicas, precisam de ferramentas que ajudam na passagem por essas mudanças econômicas, e uma dessas ferramentas podem ser o planejamento estratégico, que pode viabilizar a manutenção e prosperidade de um negócio, mesmo ocorrendo mudanças imprevisíveis, ele ajudará a perceber pequenos sinais que podem levar a uma crise econômica no país, ajudando, conseqüentemente, a sempre estar preparados para os fatores que vierem a acontecer no futuro.

Com a implantação do planejamento dentro da empresa, seus proprietários conseguem separar a pessoa física da jurídica, algo que é muito difícil de acontecer caso não haja um planejamento ou ele seja feito de forma informal, o que causa a dificuldade de entender os motivos de que a empresa não está indo bem financeiramente.

Quando a empresa tem sua estratégia ela consegue resolver mais rápido os problemas que aparecem no dia a dia, sempre buscando como transformá-los em uma nova oportunidade.

O planejamento estratégico quando colocado em prática, pode-se dizer que conduzirá a empresa por um caminho buscando a otimização dos recursos que estão sendo utilizados no modelo de negócio, também fornecerá informações para os gestores sobre a necessidade de mais ou menos colaboradores e recursos conforme o cenário futuro, assim ajudando-a, a não ter fortes perdas ou ter o máximo lucro que puder.

Nas pequenas empresas, na maioria dos casos, se direciona a atenção para o atendimento a uma série de eventos que dizem respeito somente ao cotidiano, pois além do aspecto multifuncional verificado entre os seus profissionais, destaca-se ainda o fato do processo de gestão ficar a cargo dos sócios-proprietários (SILVA, 2007, p. 38).

Uma empresa de pequeno porte sofre muito com a falta de conhecimento de seus gestores, e pela falta e dificuldade pelo acesso de informações, com isso o planejamento ajudará que o negócio não atue em vários caminhos ao mesmo tempo, mas sim elabore um caminho estratégico, buscando otimizar os seus recursos que já estão investidos.

O planejamento estratégico ajudará a empresa, atuando diretamente no auxílio nas gestões estratégicas da empresa, buscando sempre lugares frágeis que podem levar a problemas, e tornando-os mais resistentes a adversidades. Outro fator que comporta a utilização do referido planejamento é quanto ao cumprimento dos objetivos e alcance das metas que foram estimuladas, ajudando assim na prosperidade da empresa.

Mas para que esse planejamento estratégico tenha melhor eficiência ele tem contado com a ajuda da controladoria que tem se transformado em uma ferramenta mais estratégica, através do fornecimento de suas informações contábeis, com isso os responsáveis pela elaboração do planejamento contam com informações tanto financeiras como não financeiras, assim facilitando o desenvolvimento das estratégias por saberem como anda a saúde da empresa e onde ela está tendo suas dificuldades.

Conforme Oliveira, Perez Jr. e Silva (2011, p. 6), “o objeto principal da controladoria é o estudo e a prática das funções de planejamento, controle, registro e a divulgação dos fenômenos da administração econômica e financeira das empresas em geral”. Com essa afirmação pode-se perceber que a controladoria é de grande importância na elaboração das estratégias de uma empresa ajudando diretamente na maximização de seus resultados financeiros.

A controladoria sendo a base para a elaboração do planejamento estratégico, estará sempre dando auxílio para os gestores, ajudando nas tomadas de decisões, sempre através das informações

adquiridas do ambiente externo por meio das interpretações de eventos ocorridos, com o objetivo de escolher a decisão que será melhor para a empresa.

Com a controladoria e o planejamento estratégico trabalhando juntos, a empresa conseguirá maximizar seus resultados, pois juntos conseguirão obter informações do meio externo, identificarão os setores onde estão ocorrendo o gargalo na produção, se está ocorrendo por falta de mão de obra ou de matéria para produção. Encontrarão o melhor lugar para investir os recursos e também auxiliarão na tomada de decisões e na elaboração da melhor estratégia, além de ajudar a empresa a entender o que pode acontecer no futuro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A controladoria se tornou uma ferramenta muito importante para a empresa, mas para que ela seja operada corretamente, ela precisa de ter um profissional especializado, denominado de *controller*, juntos fornecerão informações fundamentais para a tomada de decisão dos gestores, para que a empresa possa caminhar no melhor rumo possível.

Por intermédio da confluência e análise de diversos estudos aqui mencionados, percebe-se que hoje, a controladoria e o planejamento estratégico não devem ser algo exclusivo da grande empresa, mas essas ferramentas devem estar presentes em todas as empresas sem importar com o tamanho da sua estrutura, pois elas trarão benefícios operacionais e estratégicos, melhorando os resultados.

Com a integração dessas ferramentas, as micro e pequenas empresas conseguiram maximizar seus resultados, através das informações recebidas tanto do ambiente interno como externo e de sua interpretação, a qual ajudarão nas tomadas de decisões sobre o rumo que a empresa quer seguir a corrigir falhas e pontos fracos dentro de cada setor, deixar a produções mais eficiente e com um menor custo de produção, além de deixar a empresa mais preparada para a mudanças que possa ocorrer no futuro, tanto economicamente, ou em relação a necessidade das pessoas.

Outro grande benefício que trará para a pequenas empresas será a agilidade, onde mesmo com as desvantagens em relação as grandes empresas, devido a sua estrutura, conseguirão aproveitar as oportunidades antes, assim conseguindo fornecer um produto novo no mercado, saindo na frente dos seus concorrentes.

Por consequência, portanto, temos que a controladoria e o planejamento estratégico são ferramentas fundamentais para as micro e pequenas empresas que buscam a maximização de seus resultados, pois sem elas a empresa terá grandes dificuldades, tanto com problemas interno quanto

com problemas externos, levando assim a maior gastos com produção, decisões tomadas erradas e o não aproveitamento das oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, O. de C; FISCH, S; MOSIMANN, C. P. **Controladoria seu papel na administração de empresas: um enfoque e sistemas de informação contábil**. São Paulo: Daufsc, 1993.

BANTERLI, F. R; MANOLESCU, F. M. K. **As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do país**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de PósGraduação – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos-SP – Brazil, 2007. Disponível em: <<http://www.inicepg.univap.br/cd.pdf>> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

BARROS, F. R; MODENESI, R. L. **Pequenas e médias indústrias: análise dos problemas, incentivos e suas contribuições ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1993.

BEUREN, I; BORGONI, N; FERNANDES, L. **O Papel Da Controladoria No Processo De Gestão**. In: Controladoria - Agregando Valor Para A Empresa. Paulo Schmidt (Organizador). Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Publicada no DOU – Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: 11 de setembro de 2022.

CANCELLIER, E. L. P; ALMEIDA, M. I. R. de; ESTRADA, R. J. S. Monitoramento do Ambiente Externo na Pequena Empresa: aplicações e limitações dos sistemas existentes. In: II ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 2005. Anais... Rio de Janeiro, 3ES, 2005.

CTEB – Centro de Ensino Tecnológico de Brasília. **A grande dimensão da empresa de pequeno porte: perspectivas de ação**. Série idéias e propostas. Coordenador, Flávio Ramos. Consultor responsável, José Leite de Assis Fonseca. Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

FIGUEIREDO, S. CAGGIANO, P. C. **Controladoria teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2006.

KANITZ, S. C. **Controladoria: teoria e estudos de casos**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. **Controladoria: teoria e estudos de casos**. São Paulo: Pioneira, 1977.

LEONARDOS, R. B. **Sociedades de capital de risco: capitalização da pequena e média empresa.** São Paulo: Codimec, 1984.

LEONE, N.M.C.P.G. **As especificidades das pequenas e médias empresas.** Revista de Administração, São Paulo, v.34, n.2, p.91-94, 1999.

LONGENECKER, J. G; MOORE, C. W; PETTY, J. W. **Administração de Pequenas Empresa: ênfase na gerência empresarial.** São Paulo: Makron Books, 1997.

MORANTE, A. S; JORGE, F. T. **Controladoria.** 1. ed., São Paulo, Cengage Learning, 2008.

MOSIMANN, C. P; FISCH, S. **Controladoria.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, L. M. de. **Controladoria: conceitos e aplicações.** São Paulo: Futura, 1998.

OLIVEIRA, L.M. de; PEREZ JR J. H; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução.** 8.ed. São Paulo: Altas, 2011.

PADOVEZE, C. L; BENEDICTO, G. C. de. **A controladoria como ciência e unidade administrativa.** Revista de contabilidade do CRC-SP. n. 123. 1997.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação.** 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. **Controladoria estratégica e operacional.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.

_____. **Controladoria Estratégica e Operacional.** São Paulo: Editora Atlas 2012.

SCHIMIDT, P. (Org.). **Controladoria: agregando valor a empresa.** Porto Alegre: Bookmann, 2002.

SEBRAE. **Sobrevivência e Mortalidade das Empresas Paulistas de um a cinco anos.** São Paulo: Sebrae, 2004.

_____. **Micro e Pequenas Empresas Geram 27% do PIB do Brasil (2014).** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresasgeram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410vgnvcm2000003c74010arcrd>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, G.M; BORGES, R. F. MORAES, J. P. M. **A importância do planejamento estratégico para pequenas empresas.** Revista de Administração e Economia da UFG, v.3, n.2, ago 2007, Goiânia, GO, p.17-38.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento Estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento.** São Carlos, 2002.



Contabilidade Gerencial: um instrumento de apoio à gestão nas microempresas e empresas de pequeno porte

Management Accounting: an instrument to support management in micro and small companies

Contabilidad de Gestión: un instrumento de apoyo a la gestión en las micro y pequeñas empresas

Pedro Henrique Alves Rodrigues³

Clesiomar Rezende Silva⁴

RESUMO

A contabilidade gerencial é uma das subseções da contabilidade, que tem como intuito elaborar e fazer apurações de informações diante as ferramentas contábeis, assim ajudando o administrador da entidade na sua tomada de decisão. Com isso, o presente artigo tem como objetivo exemplificar o quanto são importantes as ferramentas disponíveis e acessíveis pela a contabilidade gerencial dentro das micro e pequenas empresas. Os meios empregados para o desenvolvimento deste artigo foram os de levantamento de assunto com fundamento no conhecimento de vários autores em livros, pesquisas em sites e em artigos científicos. A conclusão a fim deste presente artigo nos permite a perceber como é de suma importância a aplicação da contabilidade gerencial no cotidiano dessas entidades, por que através dela possibilita atender as orientações e esclarecimentos ao administrador, diante as suas ferramentas gerenciais que são balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demonstração de fluxo de caixa. Todas ferramentas citadas no decorrer do presente artigo trazem consigo a sua valia, e que quando bem utilizadas de forma correta se torna fundamental para o administrador auxiliando na melhor tomada de decisão, evitando até a mortalidade da entidade.

³ Aluno graduando do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara (FAJ) e autor do presente artigo. E-mail: pedroalvesmcg@hotmail.com.

⁴ Professor especialista orientador. Contador. Possui graduação em ciências contábeis. Técnico em Administração. Pós-Graduado em Gestão Empresarial: controladoria e finanças. E em Contabilidade, Perícia e Auditoria. E-mail: clesiomarsilva@hotmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade gerencial. Tomada de decisão. Micro e pequenas empresas. Ferramentas gerenciais.

ABSTRACT

Management accounting is one of the subsections of accounting, which aims to elaborate and make calculations of information in front of accounting tools, thus helping the administrator of the entity in its decision-making. With this, this article aims to exemplify how important the tools available and accessible by management accounting within micro and small enterprises are. The means used for the development of this article were those of subject survey based on the knowledge of several authors in books, research on websites and in scientific articles. The conclusion at the end of this article allows us to understand how extremely important the application of management accounting in the daily life of these entities is, because through it it makes it possible to meet the guidelines and clarifications to the administrator, in the face of its management tools that are balance sheet, income statement of the year and cash flow statement. All tools cited in the course of this article bring with them their value, and that when well used correctly it becomes fundamental for the administrator assisting in the best decision-making, even avoiding the mortality of the entity.

KEYWORDS: Management accounting. Decision making. Micro and small businesses. Management tools

INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial em seus princípios, teve seu surgimento devido a necessidade de ter o comando e controle dos bens dos proprietários, independente do ramo da atividade exercida, devido a evolução, desenvolvimento e globalização econômica das entidades. Com esse mesmo sentido, a contabilidade teve que sofrer mudanças para revolucionar a nível de ser um instrumento essencial de auxílio aos administradores das entidades na sua tomada de decisão.

Atualmente, as micro e pequenas empresas são entidades de grande relevância para a economia nacional, sendo que a maioria de geração de empregos e da circulação de renda vem delas. Vislumbrando sob essa ótica, notamos que as modalidades de entidades carecem estar coligadas com informações pontuais e eficaz, à atributos que na hora de se instituir no mercado diante a concorrência cada dia maior e repleta, até porque na maioria das circunstâncias, tendo como maior obstáculo do administrador é a falta de informações. Pela falta de planejamento em uma organização empresarial, o administrador arca caro, até mesmo com o encerramento das atividades da entidade.

Com isso, a contabilidade gerencial surge como uma valiosa fonte de informações e ajuda, assegurando assim o patrimônio da entidade diante da influência na tomada de decisão do administrador, tendo também um suporte de ferramentas contábeis como a demonstração de fluxo de caixa, balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, onde o administrador obtém de informações de qualidade e no momento ideal, sem estar passando o risco de prejudicar a saúde financeira da entidade no processo da tomada de decisão.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral enfatizar como a contabilidade gerencial é um instrumento primordial de apoio a gestão nas micro e pequenas empresas. Já como objetivos específicos, traz a definição de contabilidade gerencial e suas peculiaridades, expondo com clareza o sistema de informação contábil integrado a contabilidade gerencial, trazendo os benefícios para as microempresas e empresas de pequeno porte, enfatizando as ferramentas gerenciais como a demonstração de fluxo de caixa, balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, que quando bem utilizadas servem de grande suporte para a tomada de decisão à gestão da entidade.

Por consequência, este trabalho contém como problemática a seguinte pergunta: “Qual é a relevância da contabilidade gerencial mediante todas as ferramentas contábeis disponíveis, utilizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte no processo de tomada de decisão?”.

Sua importância é auxiliar os administradores fazendo com que possa sempre tomar a melhor decisão dentro da entidade, trazendo consigo ferramentas gerenciais de grande valia, tais como a demonstração de fluxo de caixa, balanço patrimonial e a demonstração de resultado que irá auxiliar na melhor maneira o administrador na hora da tomada de decisão e evitando até mesmo o encerramento de suas atividades.

Decisão esta, que pode ser tomada através das diversidades de informações e índices econômico-financeiro retirados das demonstrações contábeis, como por exemplo, uma análise vertical e horizontal da DRE, índices de liquidez geral, corrente, seca e imediata do balanço patrimonial.

Portanto, essas ferramentas gerenciais trazem consigo um relevante apoio a gestão da entidade, pois demonstra a real situação que a entidade se encontra no exercício atual ou anteriores, podendo tomar suas devidas decisões conforme cada necessidade, evitando assim a mortalidade das micro e pequena empresas.

A metodologia usada neste artigo é o estudo bibliográfico, com análise de artigos, sites, revistas eletrônicas, publicações sobre o assunto abordado e livros específicos sobre o tema.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL: DEFINIÇÃO, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA

Atualmente, a contabilidade é vista como uma das ciências mais antigas do mundo. Segundo observado por Crepaldi (2014 p. 1), “existem diversos registros de que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis”.

Segundo Santos e Veiga (2012, p. 3):

A contabilidade foi criada devido à necessidade do homem em obter informações a respeito de suas riquezas, de controles e de poder mensurar. Alguns estudiosos e pesquisadores consideram que a contabilidade já existia em 3.000 a. C e até em 8.000 a. C., uma vez que era necessário quantificar fisicamente os bens que possuíam, representando um inventário e evidenciando-se, assim, o controle do patrimônio.

O referido autor ressalta ainda que, os homens primitivos que instituíram os registros em contas, tais como gravações em parede, riscos em madeiras ou em ossos de animais, visando ainda que esses esboços fossem o seu patrimônio.

Diante disso, a contabilidade é uma ciência que estuda e analisa o patrimônio de uma entidade, lançando e analisando as alterações que nela sofre, para apresentar as devidas informações e apurando os seus resultados, sendo de extrema importância para todos os seus usuários.

Segundo Franco e Marra (2001), a contabilidade é a ciência dedicada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, analisando também os fatos qualitativos e quantitativos e as alterações sofridas por ela, com o objetivo de oferecer as informações sobre a situação do patrimônio e as suas alterações sofridas em determinado período.

Observa-se que durante anos a contabilidade foi vista apenas como um sistema de informações tributárias; na atualidade, ela passa a ser vista também como um instrumento gerencial que se utiliza de um sistema de informações para registrar as operações da organização, para elaborar e interpretar relatórios que mensurem os resultados e forneçam informações necessárias de gestão, planejamento, execução e controle (CREPALDI, 2011, p. 03).

Crepaldi (2011) afirma que, anos anteriores a contabilidade era interpretada como um sistema de informações tributárias, mas atualmente a contabilidade está sempre evoluindo e se tornando de grande valor para auxiliar na tomada de decisões para as entidades, estendendo também os seus serviços aos demais órgãos, que tem por proveito de salientar sobre as devidas informações sobre a entidade tais como os investidores, governos, fisco e etc.

Portanto, a contabilidade se diversifica em várias áreas para auxílio externo e interno, para ser relevantes a todos seus usuários, sendo que a contabilidade gerencial se classifica em uma dessas áreas contábeis, como instrumento de grande importância aos seus usuários, no processo decisório, para o melhoramento da entidade.

Padoveze (2012, p. 17) considera como objetivo da Contabilidade Gerencial:

atender a todos os aspectos da gestão das entidades onde se torna necessária a informação contábil. Portanto, sua abrangência é a empresa como um todo, desde as suas necessidades estratégicas e de planejamento até suas necessidades de execução e controle.

Já para Crepaldi (2011), tem-se que o grande objetivo da contabilidade gerencial é proteger um sistema de informação para uma instituição com fins lucrativos ou não.

Com isso, a contabilidade gerencial é vista como um instrumento de suma importância aos administradores, pois através dela traz consigo meios para que possa gerenciar a entidade num todo, por completo através de suas ferramentas gerenciais.

Em se tratando da posição de Marion (2005, p. 23):

A contabilidade gerencial é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões.

Baseando-se nos autores mencionados acima, destacamos que é de grande relevância a contabilidade gerencial, pois traz consigo grandes benefícios para as entidades, como por exemplo a melhoria na tomada de decisões dos gestores e também oferecer informações fidedignas e rápida nesse processo decisório.

3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL INTEGRADO A CONTABILIDADE GERENCIAL

O sistema de informação contábil é uma ferramenta salutar, sendo um instrumento que auxilia também no processo de tomada de decisões. Contudo, devido ao crescimento das entidades

ultimamente é imprescindível que os gestores possuam as informações mais rápidas, fazendo com que as empresas procurem esses tipos de sistemas para auxiliar e evitar problemas com suas decisões.

De acordo com o autor Padoveze (2010, p. 48), a definição do sistema de informação é:

Podemos definir Sistema Informação como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.

O sistema, bem estruturado serve para admitir uma gestão mais confiável perante as devidas informações, sendo essencial para a gestão financeira e econômica da entidade, e também apresenta um conceito de mais valia no custo benefício e na relação da comunicação das devidas informações apresentadas, além de ser também uma ferramenta essencial na tomada de decisão, trazendo as informações leais e de forma objetiva.

O autor Crepaldi (2014, p. 16) conceitua o sistema de informação contábil:

Classificam-se em sistemas de informação contábil para planejamento de gestão e para controle de operações e controle gerencial, os Sistemas de Apoio às Operações têm como objetivo auxiliar os departamentos e atividades a executarem suas funções operacionais (compras, estoque, produto, vendas, faturamento, recebimentos, pagamentos, qualidade, manutenção, planejamento e controle de produção etc.).

Conforme o autor citado acima, os sistemas de informações contábeis se classificam em dois tipos, o primeiro sendo sistema de apoio às operações, que têm como função ajudar todos os setores e departamentos a cumprir com suas atividades de rotinas tais, como estocagem, manutenção, controle, compras, faturamentos e etc. Já o segundo sistema denomina de sistema de apoio à gestão que tem como finalidade de sustento em um sistema de informações em ações quantitativas criadas pelo sistema operacional, onde o mesmo se interessa mais com as informações essenciais para a gestão econômico-financeira da entidade.

4 MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

As Microempresas e Empresa de Pequeno Porte estão encaixadas na integralização do processo de evolução da economia, visando a geração de empregos e receita, condições que são essenciais para expandir um crescimento para população, já que elas são de grande importância na circulação no mercado nacional.

As entidades são formadas para diversos seguimentos e objetivos, mais habitualmente elas são direcionadas a comercialização de mercadorias e prestação de serviços. Conforme Lemes Junior e Pisa (2010), elas ainda não possuem critérios únicos para definir micro ou pequenas empresas tanto em território nacional quanto a território internacional, a sua classificação vai derivar do objetivo de cada órgão governamental.

Segundo Reis (2019), as micro e pequenas empresas conseguem algumas vantagens do governo para garantir o crescimento da mesma, já que o progresso auxilia na geração de empregos e posteriormente uma melhoria social e repartição de renda.

4.1 Microempresa-ME

As Microempresas são uma concepção instituída pela Lei n° 7.256/84, sendo nos dias atuais regulamentada pela Lei n° 9.841, de 05 de outubro de 1999, onde elas são beneficiadas pelo governo no âmbito fiscal, trabalhista, previdenciário e de desenvolvimento empresarial. (BRASIL, 1984).

Para se enquadrar como microempresa, tem-se como requisitos ter o faturamento anual de R\$ 0,01 (um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Segundo Santo e Veiga (2012), também são classificadas como microempresas pela seguinte forma: pelo o número de colaboradores, para o ramo do comércio e serviço e de até 9 (nove) colaboradores, e já na indústria são até 19 (dezenove).

Às microempresas são outorgadas, pela Lei n° 9.317/96, a escolha do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições (Simples Nacional). Esse padrão facilitou a apuração de contribuições e impostos das entidades, mas não ficou coagida a avançar a outras alterações que podem se variar e que podem ser mensuradas pela escrituração contábil.

4.2 Entidade de pequeno porte -EPP

Conforme a Lei complementar n° 123/2006 (BRASIL, 2006), são chamadas de entidade de pequeno porte aquelas que tiverem um faturamento entre R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), com o objetivo de ter um método mais leve à relação apuração dos impostos convenientes pela entidade com a opção pelo simples nacional.

De acordo com Santos e Veiga (2012), elas também serão classificadas pela quantidade de colaboradores que nela ocupam, para comércio e serviços a quantidade fica em 10 (dez) a 49 (quarenta e nove), e já para o ramo da indústria e de 20 (vinte) a 99 (noventa e nove), sendo assim a sua denominação.

A entidade de pequeno porte adquire de vantagens do governo para que possa ajudar no seu crescimento já que ela também ajuda na geração de emprego e posteriormente em uma melhoria na divisão de renda.

5 CONTABILIDADE GERENCIAL PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ME-EPP

As tomadas de decisões estão evidentes em todas as escolhas feitas dentro das entidades, esse processo deverá ser constantemente influenciado na entidade para que sempre possa haver melhorias, até porque existe um ponto de suma importância na contabilidade gerencial que é a prática das informações contábeis como um auxílio para os gestores, já que a contabilidade gerencial é um componente salutar para obter uma administração eficaz.

A contabilidade é essencial na tomada de decisão porque identifica onde, como e quando o dinheiro ingressou e foi gasto, registrando, ainda, os compromissos que foram feitos. Dentro dessa perspectiva e através da avaliação sobre as implicações financeiras de escolher um plano de ação em vez de outro. A contabilidade, ainda, ajuda a dirigir a atenção aos problemas atuais, assim como as oportunidades, e auxilia a prever os efeitos futuros das decisões tomadas (SALAZAR; BENEDICTO, 2004 p. 03).

Conforme relatado pelo autor, a contabilidade gerencial é fundamental no momento da decisão, pois uma má decisão pode afetar a sua sobrevivência. Para Francisco Filho (2015, p.134), “a tomada de decisão corresponde ao processo de resposta de um problema, buscando e escolhendo uma solução ou atitude que crie valor para os acionistas da organização”.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões (MARION, 2009 p. 25).

Os administradores necessitam estudar todas as decisões que poderão ser tomadas porque elas se espelham nos usuários externos e internos, sendo assim a contabilidade gerencial se torna um instrumento pertinente aos administradores. Para que a contabilidade gerencial possa auxiliar os administradores no sistema decisório, ela também não poderá ser apenas algo básico, pois distribui

grandes informações e ferramentas diante da sua aplicação, as entidades que utilizam esse serviço de forma eficiente será capaz de alcançar o seu êxito ou evitar transtornos futuros, que possam, ocasionalmente, causar a mortalidade da entidade.

Para Andrade, Alyrio e Macedo (2008, p 134), “o processo de decisão é um conjunto de princípios, regras e procedimentos que permitem selecionar, em determinados tipos de problemas, a linha de ação, estratégica, saída ou alternativa mais conveniente”. Conseqüentemente a tomada de decisão deve ser fundamentada diretamente nos objetivos da entidade, oferecendo vantagens e benefícios para ela.

Mediante tais informações, uma entidade com a falta da contabilidade não terá chance de resistir ao mercado, mas já em contrapartida a contabilidade gerencial aparece como um auxílio indispensável em qualquer entidade, pois busca salientar os administradores no seu processo decisório, impedindo escolhas que podem afetar na sobrevivência da entidade.

O processo de decisão se define em uma procura na melhor forma de processar as informações e através de uma ótima administração sempre auxiliando em uma tomada de decisão que levará a entidade a seu objetivo, pois haverá muitos fatores que influenciam nesse processo. Tão logo, é imprescindível que a entidade tenha as tomadas de decisões, num patamar de excelência e eficácia, tendo como suporte o uso da contabilidade gerencial.

6 FERRAMENTAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE ME-EPP

A contabilidade gerencial obtém instrumentos suficientes para o administrador gerir melhor a entidade, diante essas ferramentas gerenciais os contadores realizam uma análise e orientam os administradores, informando como está o desempenho da entidade, até por que a contabilidade gerencial é divisão da contabilidade, cujo propósito é fornecer as informações abrangentes e adequadas para que a administração tome e alcance a melhor decisão, pois ela deverá propiciar a entidade a proteção ao seu patrimônio.

Com a união entre o contador e o gestor da entidade, utiliza-se alguns adereços para que a entidade ganhe força no mercado. As ferramentas de mais relevância utilizadas e elaboradas pelo o contador para ajudar o gestor na tomada de decisão são as Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

As ferramentas contábeis possuem uma enorme evidência e projeção, em que se procura ajudar os administradores, por intermédio da utilização dessas informações, que são as demonstrações contábeis, a expor situações que até aos olhos dos gestores não são observadas, podendo propiciar a entidade a conquistar rumos distintos.

6.1 Demonstração de fluxo de caixa- DFC

Segundo Padoveze (2010), o fluxo de caixa simboliza as entradas e saídas de bens financeiros, admitindo que as entidades façam seus projetos por um determinado tempo, nele mostra todos os embates decorrentes das operações e que devem ser formados por três importantes áreas sendo: atividades operacionais, atividades de investimento e atividade de financiamento.

Atividades operacionais: é constituído em sua soma total a acumulação de informações de pagamento e recebimento originário da demonstração de resultados, são receitas e gastos das ações de comercialização e industrialização dos serviços ou produtos da entidade. Essas ações têm conexão estreita juntamente com os princípios do ativo e passivo circulante, que retratam as necessidades líquidas do capital de giro da entidade.

Atividades de investimento: é levar as informações do realizável a longo prazo ou ativo permanente tais como, saídas e entradas de dinheiros relativos à venda de intangíveis e imobilizado da entidade, conforme Padoveze (2010 p. 85), “Devem ser registrados os Valores de saída para pagamento dos novos investimentos, Bem como os valores de entrada por venda de bens ativados anteriormente”. Esta atividade consente ao gestor da entidade analisar e mensurar de forma que possa arremeter no seu capital.

Atividades de financiamento: é conduzir as informações do exigível a longo prazo e patrimônio líquido (PL), tais como empréstimos, pagamentos de juros e taxas provenientes a empréstimos, pagamentos de dividendo e etc. A propagação dessa atividade é esplêndida e de grande importância pois se assegura com os fornecedores através das condições do fluxo de caixa para salientar sobre, se a entidade será capaz de honrar com seus compromissos no futuro.

As Demonstrações de Fluxo de caixa fornecem aos seus usuários os dados essenciais para determinar se a capacidade da entidade de produzir lucros para cumprir esses e outros elementos.

Conforme Matarazzo (1998, p. 370), as principais finalidades da Demonstração de Fluxo de Caixa é:

Avaliar alternativas de investimentos, avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários, avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez e certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Evidenciamos que a Demonstração de Fluxo de Caixa tem como finalidade determinar a capacidade que a entidade tem de estar produzindo caixa e semelhante de caixa, também a repartição e aplicação que os valores têm conquistado.

6.2 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é um demonstrativo contábil no qual disponibiliza acompanhamento e melhor compreensão da posição financeira e econômica das entidades.

Segundo Veiga e Santos (2012 p. 27), “O balanço patrimonial (BP) é um dos componentes das demonstrações contábeis das entidades e demonstra a situação patrimonial e financeira das organizações em determinada data”. O balanço patrimonial surgiu com o fito de exibir os saldos financeiros em determinado tempo, realizado em razão do patrimônio aplicado. Esta ferramenta é estabelecida por contas que salientam os bens, direitos e obrigações da entidade.

Conforme Lopes de Sá (2006 p. 34), balanço patrimonial é:

Uma demonstração instantânea, estática e de equilíbrio entre o débito e o crédito das contas que representam os elementos que compõe a riqueza patrimonial. Qualquer fato pode ser balanceado em escrita contábil, mas quando nos referimos a balanço patrimonial, isto visa expressar uma ideia global espelhando os saldos de contas que representam todos os componentes da riqueza, relativos a um tempo determinado.

De acordo com o autor Attie (2010 p. 144), o balanço patrimonial é denominado em três partes essenciais que são:

Ativo: compreende as contas de origem devedora e excepcionais, contas credoras que retifiquem as contas devedoras originais, normalmente representadas por bens e direitos da empresa e dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados.
 Passivo: compreende as contas de origem credoras e excepcionais, as contas devedoras que retifiquem as contas credoras originais, normalmente representadas por obrigações e exigibilidades de empresa e dispostas em ordem de vencimento das exigibilidades.
 Patrimônio líquido: compreende as contas de origem credora e excepcionais, contas devedoras que retifiquem as contas originais, correspondendo à diferença entre os valores ativos e passivos da empresa dispostos em diferentes contas de origem, incluindo o resultado das operações, constituindo o valor líquido patrimonial que a compõe.

Em face das informações relatadas acima evidenciadas, examinamos que no grupo do ativo consiste todos os bens e direitos da entidade, que simboliza algum benefício seja ele de curto ou longo

prazo. Já no grupo do passivo analisamos que se obtém obrigações e deveres da entidade, também de curto ou longo prazo; já no (PL), patrimônio líquido ressalta os investimentos dos acionista da entidade denominado (capital social), é o lucro ou prejuízo acumulado da entidade no passar de todo o tempo em que estiver ativa e etc.

No balanço patrimonial podemos extrair índices que são fundamentais é de suma importância para entidade e aos administradores, tendo como principais índices o de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS), e Liquidez Imediata (LI).

No contexto geral, os indicadores econômico-financeiros possuem grandes variedades para mensurar o desempenho das entidades, cada um tendo sua finalidade e estabelecida função em benefício de satisfazer a análise do administrador. Esses indicadores são um dos serviços mais difíceis que os administradores das entidades podem ter, pois os indicadores irão conduzir todas as ações a serem tomadas na entidade, desta forma sendo preciso que a Contabilidade Gerencial colabore com a qualidade das informações, que deverão ser adequadas e precisas a cada tipo de entidade.

6.3 Demonstração de resultado do exercício - DRE

A demonstração de resultado do exercício – DRE é uma demonstração contábil cujo objetivo é oferecer de maneira ordenada o resultado alcançado pela entidade em um determinado tempo ou no seu exercício social, tendo o seu resultado auferido como positivo (lucro), ou negativo que seria (prejuízo) que são os resultados provenientes às receitas, custos e despesas incorridos em um momento específico.

A DRE é apresentada de maneira vertical que são reunidas às receitas, custos e despesas segundo sua essência “Parte-se da receita bruta e, por meios de adições subtrações sucessivas, chega-se ao resultado líquido do exercício” (REIS, 2009 p. 98). Seu resultado líquido e sua divisão devem aparecer em outras demonstrações tais como, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).

SANTOS (2014) acentua que ao gestor, contador e administrador cabem a aplicação de diversas estratégias de análise, já que a DRE também é uma demonstração estática e seus valores devem estar melhor planejados. As entidades, especialmente as micros e pequenas empresas que planejam utilizar corretamente as informações contábeis e as ferramentas de gestão, visam obter os melhores resultados.

Para a autora Elisângela Latorre (2015, texto digital),

DRE nada mais é do que um relatório que demonstra de forma resumida as operações realizadas pela empresa. Nele são confrontadas as contas de receitas, despesas, investimentos, custos e provisões apurados, evidenciando a formação do resultado líquido da empresa na ocasião.

Depreende-se, a partir das constatações de Latorre (2015), que é possível compreender que a DRE deve ser realizada anualmente, mas também ela pode ser elaborada mensalmente, se resumindo para fins administrativos e trimestralmente para o acompanhamento dos gastos fiscais da entidade.

De maneira concreta objetiva e prática, diante das informações oferecidas na demonstração de resultado do exercício, analisada e elaborada mensalmente, podemos afirmar que a DRE pode ser aproveitada como uma ferramenta muito relevante para à gestão financeira sob várias óticas sendo a análise vertical e horizontal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade gerencial tende, diante de seus instrumentos contábeis, influenciar os administradores de entidade em suas decisões, visando que o patrimônio da entidade não seja auferido. Trazendo isto como um pretexto, este estudo científico propiciou a demonstrar a importância da contabilidade gerencial incorporado nas microempresas e empresas de pequeno porte, sendo ferramenta primordial no auxílio das entidades na tomada de decisão.

Demonstrou-se, de forma consolidável, que as ferramentas da contabilidade gerencial, quando aplicadas nas microempresas e empresas de pequeno porte, terá uma pertinência efetiva para o sistema decisório do administrador.

Ferramentas essas que são Balanço Patrimonial, que permite entender a verdadeira saúde financeira da entidade e possibilita também analisar os indicadores financeiros, tais como geral, corrente, seca e imediata; a Demonstração do Resultado do Exercício que dedica evidenciar a composição do resultado líquido do exercício que normalmente é feita com a apuração de lucro, mediante a demonstração vertical, auferindo as receitas, custos e despesas apuradas. Também temos a análise horizontal que faz uma comparação, conferindo os valores de uma mesma conta em exercícios diferentes; A Demonstração de Fluxo de Caixa contém informações que apresentam a qualidade da entidade de produzir fluxos de caixas otimistas ou não, conseqüente de suas atividades.

O presente artigo científico, diante de estudos apresentados, exemplificou o quão fundamental e importante é a contabilidade gerencial para qualquer entidade, tendo como essência as microempresas e empresas de pequeno porte, que foi assunto em foco desta análise.

Com o planejamento bem executado diante o uso das ferramentas gerenciais da contabilidade é salutar que as entidades atinjam o êxito, tanto a curto ou longo prazo. A contabilidade gerencial é o alicerce para uma administração bem-sucedida e eficaz, evitando assim transtornos futuros ou até mesmo o encerramento das atividades da entidade.

Na condição de pesquisador, todavia, compreendo as limitações da presente investigação, que apenas problematizou o tema proposto do ponto de vista teórico. Em contrapartida, entendemos que tal iniciativa tem a função de fomentar outros estudos epistemológicos da mesma toada, em sede de graduação e demais níveis, uma vez que é inquestionável a relevância dos fundamentos da contabilidade gerencial para a área que escolhemos.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **AUDITORIA: CONCEITOS E APLICAÇÕES**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; ALYRIO, Rovigati Danilo; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Princípios de negociação: ferramentas e gestão**. 2.ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido; **Contabilidade Gerencial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2014

FRANCISCO FILHO, Valter Pereira. **Planejamento e Controladoria financeira**.

São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. E-book. Disponível em: < <http://univates.bv3.digitalpages.com.br/user/publications/9788543016658/pages/45>>. Acesso em: 12 set. 2022.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria; Procedimentos e papéis de trabalho; Programas de Auditoria; Relatórios de Auditoria**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LATORRE, Elisângela. **O que é a DRE e qual sua Função na contabilidade de empresas**. Disponível em: < <https://conube.com.br/blog/o-que-e-dre-e-para-que-serve/>>. Acesso em 15 out. 2022

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARION, JOSE CARLOS. **ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**: Contabilidade empresarial. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **ANÁLISE FINANCEIRA de BALANÇOS**: Abordagem Básica e Gerencial. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **CONTABILIDADE GERENCIAL**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, T. EPP: **entenda o que é e como funciona uma empresa de Pequeno Porte**. Suno Research, 2019. Disponível em <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/empresa-de-pequeno-porte/>>. Acesso em: 10 set. 2022.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Editora Thomson, 2004.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade**: com Ênfase em micro, Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Fernando de Almeida; Veiga Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014

SEBRAE **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-n%B5es>. Acesso em 04 de out. 2022.



Abordagem sobre a abrangência das IFRS: a viabilidade da adoção do CPC 25 nas demonstrações contábeis das micro e pequenas empresas⁵

Natália Oliveira Nascimento⁶

Denise Gomes Barros Cintra⁷

RESUMO

A adoção das normas internacionais no Brasil constituiu um marco acerca do tratamento contábil das provisões e contingências através da adoção do IAS 37, e a inovação trazida por esta normativa desencadeou inúmeras contribuições na análise da situação patrimonial e financeira empresarial. O presente artigo busca apresentar a importância do registro das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes nas demonstrações contábeis, evidenciando o auxílio das informações contábeis na gestão organizacional das pequenas e médias empresas. Neste contexto, aborda o aspecto histórico da convergência das normas brasileiras, fator que antecede o surgimento do CPC 25, além disso, apresenta o tratamento contábil e os requisitos obrigatórios dos contextos deste pronunciamento técnico. As pequenas e médias empresas, assim como as demais, têm como objetivo a obtenção de lucro, com isso, a contabilidade se torna uma ferramenta que vem contribuir com os registros das movimentações e das possíveis saídas e entradas de recursos, com o propósito de resguardar o patrimônio. A metodologia deste trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica uma vez que ela centrou-se na compilação de livros, artigos científicos, leis e sites, dessa forma, o estudo demonstra que os usuários necessitam da informação contábil para a tomada de decisão, pois, as demonstrações contábeis promovem transparência e contribuem com a gestão empresarial, promovendo resultados positivos, crescimento no mercado, definição de objetivos, prevenção de danos ao patrimônio e despertam interesses de novos públicos.

Palavras-chave: Contingentes. Informação contábil. Provisões.

ABSTRACT

The adoption of international standards in Brazil constituted a milestone regarding the accounting treatment of provisions and contingencies through the adoption of IAS 37, and the innovation brought by this regulation triggered numerous contributions in the analysis of the company's equity and financial situation. This article seeks to present the importance of recording provisions, contingent assets and contingent liabilities in the financial statements, evidencing the help of accounting information in the organizational management of small and medium-sized companies. In this context, it addresses the historical aspect of the convergence of Brazilian standards, a factor that precedes the emergence of CPC 25, in addition, it presents the accounting treatment and the mandatory requirements of the contexts of this technical pronouncement. Small and medium-sized companies, as well as others, aim to obtain profit, with this, accounting becomes a tool that contributes to the records of movements and possible exits and entries of resources, with the purpose of protecting the heritage. The methodology of this work is based on a bibliographic research since it focused on the compilation of books, scientific articles, laws and

⁵ Este estudo é resultado do meu projeto de pesquisa desenvolvido no 8º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara – FAJ, como parte obrigatória para obtenção do Grau de Bacharel.

⁶ Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Jussara – FAJ. E-mail: natalia.oli3005@gmail.com.

⁷ Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da FAJ - Jussara. E-mail: denise@unifaj.edu.br.

websites, in this way, the study demonstrates that users need accounting information for decision making, because, the financial statements promote transparency and contribute to business management, promoting positive results, market growth, defining objectives, preventing damage to property and awakening the interests of new audiences. **Keywords:** Contingents. Accounting information. provisions.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, as demonstrações contábeis são primordiais na assessoria quanto a tomada de decisão aos usuários internos e externos, visto que, as informações expostas fornecem dados acerca da situação patrimonial e financeira empresarial. As informações contábeis apresentadas devem ser fidedignas a realidade, posto que, os dados obtidos são considerados fatores essenciais para efetivação de decisões coerentes e eficientes.

Os relatórios contábeis auxiliam e representam significativa relevância na gestão empresarial dos gestores e administradores que, por sua vez, realizam análise, comparação e projeção com base nos períodos analisados na execução de suas atividades, paralelamente, se destacam também os *stakeholders*, os quais afim de atender a seus próprios interesses podem observar todas as demonstrações ou somente alguns segmentos.

Diante das exigências do mercado e da legislação, os órgãos de normatização contábil no Brasil iniciaram o processo de adequação das normas brasileiras de contabilidade, considerando o padrão estabelecido pelas normas internacionais. No Brasil o órgão responsável pela tradução e da eventual adaptação das normas no país é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentado pela resolução CFC nº 1.055/05.

O CPC realiza a emissão de documentos técnicos, que são aplicados na emissão das normas brasileiras. Esse comitê principiou o processo de convergência da regulamentação e atualização dos padrões aceitos até então, além do mais, os pronunciamentos contábeis instauraram critérios de reconhecimento, divulgação e publicação, no que concerne aos fatores patrimoniais e financeiros.

A convergência busca assegurar a uniformidade e a comparação quanto as demonstrações contábeis de todas as empresas mundiais, dessa forma, podemos citar algumas normas: IAS 01 traduzida pelo CPC 26 regulamenta a apresentação das demonstrações contábeis; IAS 08 aborda no CPC 23 sobre as políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação; IFRS 13 reproduzida pelo CPC 46 refere-se a mensuração do valor justo.

Como resultado da convergência das normas brasileiras, foi instituído tratamentos contábeis direcionados aos passivos contingentes, ativos contingentes e as provisões,

regulamentado pela norma internacional IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, no Brasil foi traduzida no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A contabilidade demonstra através do balanço patrimonial a condição financeira e patrimonial da entidade; mediante a demonstração de resultado do exercício apura o lucro ou prejuízo; por intermédio do fluxo de caixa apresenta toda a movimentação financeira; já as notas explicativas são compostas por informações complementares, as quais não podem ser registradas nas demonstrações contábeis, mas que, são essenciais quanto a análise dos relatórios.

A investigação ora apontada tem como problemática: Qual a viabilidade da aplicação do CPC 25 nas demonstrações financeiras das micro e pequenas empresas?

Desta maneira, o objetivo geral deste estudo busca demonstrar a relevância da adequação das normas brasileiras nas demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas, com enfoque ao CPC 25, ressaltando a importância de sua aplicação, considerando a relevância da informação contábil produzida e demonstrando a interferência da gestão empresarial quanto ao assunto proposto.

No que tange aos aspectos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, uma vez que seu foco está na abrangência da contextualização quanto a mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes no âmbito das pequenas e médias empresas após a promulgação do CPC 25. O presente estudo faz uma compilação do assunto proposto a partir de análise bibliográfica, dado que, realiza estudos e pesquisas disponibilizadas em artigos, livros, revistas, teses, monografias, normas e leis em meios físicos ou digitais (MACEDO, 1994).

Considerando a relevância da adoção do conjunto completo das normas de contabilidade e diante à vasta abrangência das normas contábeis a pesquisa buscará evidenciar a abordagem do CPC 25, uma vez que, as micro e pequenas empresas são fundamentais para geração de renda e riqueza. Além do mais, a gestão administrativa aliada a gestão contábil contribuirá para ampliação do lucro e expansão no mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No decorrer do presente artigo, serão abordados aspectos teóricos sobre o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com enfoque em seu reconhecimento,

mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis das micro e pequenas empresas e contextos relacionados.

2. 1 Caracterização das micro e pequenas empresas

A Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelecendo normas gerais relacionadas a conduta diferenciada na competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Este estatuto, classifica micro empresa e empresa de pequeno porte da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (BRASIL, 2006, § 4º, Art. 3º, capítulo II, inciso I e II).

Mediante o exposto entende-se que a análise da receita bruta no ano-calendário é um classificador enquanto ao enquadramento como ME (Microempresa) e EPP (Empresa de pequeno porte). Outrossim, é notório inferir que essa Lei Complementar nº 123/2006 sofreu alteração significativa quando foi incluído pela Lei Complementar nº147 de 2014, o disposto que vem esclarecer:

Art. 3º-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pelos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção. (BRASIL, 2016, Art. 3º-B).

Desta forma, com exceção do capítulo IV que aborda aspectos sobre a arrecadação e tributação do regime do simples nacional, os conceitos presentes nessa lei complementar sobre ME e EPP são abrangentes aos demais regimes tributários. Deste modo é importante salientar que os principais regimes tributários são: Simples Nacional; Lucro Real e Lucro Presumido. Constata-se também que, o enquadramento do regime tributário da empresa, em virtude da

variação da receita bruta e a atividade exercida irá acarretar em valores monetários de arrecadação de tributos e formas de tributação específicas a cada regime tributário (PÊGAS, 2022).

De acordo com Rizzardo (2019) tanto empresário como a sociedade empresária devem efetuar o registro junto ao órgão competente e a constituição de uma empresa requer enquadramento de uma natureza jurídica, portanto é importante evidenciar que os principais tipos jurídicos são: MEI (Microempreendedor Individual); EI (Empresa Individual ou Empresário Individual); SLU (Sociedade Limita Unipessoal); LTDA (Sociedade Empresária Limitada); SA (Sociedade Anônima).

Conforme a NBC TG 1000 (R1) criada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2016, as pequenas e médias empresas não são obrigadas a publicizar suas demonstrações contábeis ao público, porém, com exceção as entidades que fazem movimentações no mercado de ações ou as entidades cuja principal atividade seja possuir ativos em condição credora perante um grande grupo de terceiros, devem prestar esclarecimentos.

Dessa forma, considerando que a divulgação das demonstrações contábeis seja facultativa, “as PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais” (NBC TG 1000 R1, 2016). Outrora podemos enfatizar que a divulgação das demonstrações contábeis, mesmo que não sendo obrigatória a todas as empresas, se torna necessária, pois, a transparência desperta interesse do público e desencadeia um potencial de ascensão de crescimento no mercado interno e externo.

Considerando as especificidades e o contexto das micro e pequenas empresas, é importante conhecer os aspectos que influenciaram a adequação da normatização contábil brasileira aos padrões internacionais, além de, identificar a abrangência dos conceitos abordados e as principais alterações nas normas contábeis desse sistema.

2. 2 As normas internacionais de contabilidade

A adesão às normas internacionais de contabilidade pelas empresas do Brasil e do mundo se deu através dos efeitos da globalização, o crescimento das empresas multinacionais e a consequente expansão das transações internacionais despertaram interesses dos *Stakeholders* sobre as demonstrações contábeis das empresas. Tem-se também a necessidade

de produzir informações padronizadas e relevantes, promovendo transparência e divulgação dos dados nas demonstrações contábeis aos investidores e aos demais usuários. (AGUIAR; LEITE, 2018).

Amaral (2016) afirma que o Brasil iniciou a execução da padronização contábil obrigatória em 2010, de acordo com as normas internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*), regulamentadas pelo órgão normativo IASB (*International Accounting Standards Board*), a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis pela resolução CFC n° 1.055/2005.

Segundo Losekann, Lehnhart, Pereira (2018, texto digital):

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com a Comissão de Valores Mobiliário (CVM), passaram a publicar as orientações das IFRS em português, as quais foram denominados por Pronunciamento Interpretações e Orientações Técnicas, tendo em vista a busca da equidade de uma linguagem uniforme dos relatórios financeiros. O marco inicial para a adoção dos padrões internacionais de registro e evidenciações das demonstrações financeiras se deu com a sanção da Lei n° 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009, com isso a normatização brasileira passou a ser preparada para convergência dos padrões internacionais.

Sob o mesmo enfoque, Leite (2018) defende que o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) criou o órgão CPC para realizar a inserção das normas internacionais nas empresas brasileiras. Formado pela união das seguintes entidades:

Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec Brasil); B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão; Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi); Entidades representativas de investidores do mercado de capitais (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, texto digital, [s.d.]).

A união dessas entidades promove o estudo e a emissão de instruções técnicas de procedimentos contábeis, com embasamento na tradução das normas internacionais e assim, contribuem para a emissão das normas contábeis, desta forma, destacamos que o CPC não emite normas contábeis, porém, publica pronunciamentos técnicos e orientações com embasamento aos padrões internacionais.

Diante disso, a adoção das IFRS se iniciou a partir da publicação da Lei n° 11.638/2007, direcionada as empresas de capital aberto e as sociedades de grande porte, que revogou a Lei n° 6.404/1976. E da Lei n° 11.941/2009 direcionada ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Ademais, em julho de 2009 o IASB publicou as IFRS *for* SMES que são as normas

internacionais para PMEs, logo, em dezembro de 2009, o CPC publicou o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que permitiu a emissão da Resolução CFC nº 1.255/2009, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Segundo o CFC (2022, texto digital), as principais normas que regulamentavam as micro e pequenas empresas eram: a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que entrou em vigor a partir de janeiro de 2010, através da Resolução CFC nº 1.255/09 e a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte em janeiro de 2012, após a publicação da Resolução CFC nº 1.418/12.

Contudo, disposto a atender as necessidades dos usuários, o conselho em 18 de novembro de 2021 publicou a resolução NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas e a NBC TG 1002 – Contabilidade para Microentidades, ambas, iniciarão sua vigência em janeiro de 2023 e conseqüentemente, “(...) a NBC TG 1000 passará a ser obrigatória apenas para as médias empresas. Já a ITG 1000 será revogada.” CFC (2022, texto digital).

Além dessas normas citadas acima, podemos destacar também alguns pronunciamentos contábeis de grande relevância na produção das demonstrações financeiras, tais como: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 16 - Estoques; CPC 21 - Demonstração Intermediária; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 33 - Benefícios a Empregados; CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos; etc.

Diante da convergência ao padrão internacional e dentre o rol de normas publicadas surgiu o pronunciamento técnico CPC 25, “(...) elaborado a partir do IAS 37, que trata das provisões, ativos e passivos contingentes e foi desenvolvido a partir do *International Accounting Standard Board (IASB)*” (SOUZA E MARTINEZ, 2018, texto digital). Seu objetivo é estabelecer a aplicação dos métodos de registro e avaliação adequada à provisão, ao ativo e ao passivo contingente, garantindo, outrossim, a publicação de dados completos nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras, promovendo transparência aos usuários (CPC 25, 2009).

Em continuidade ao contexto do CPC 25, é necessário que se entenda o contexto e as circunstâncias da contabilização dos termos: Provisão; ativo contingente e passivo contingente. Ambos são elementos que compõem o documento técnico, desta forma, para realizar a

aplicação correta dessa instrução é necessário que se conheça a definição, a abordagem e tratamento contábil de cada termo, além disso, deve-se manter domínio dos aspectos sob o reconhecimento, a divulgação e mensuração.

2.3 Contabilização das Provisões

Sob o ponto de vista de Iudícibus *et al.* (2018 p. 367) *apud* Arca (2020), devem ser contabilizados todas as obrigações efetuadas ou prováveis, apesar de apresentarem valor contestável e pagamento sem data fixada, também fazem parte do exigível da empresa todas os fatos já ocorridos que modifiquem o patrimônio.

Segundo o CPC 25 (2009, p. 04), “Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.”, o conceito de provisão pode ser dissemelhante de outros passivos em virtude de suas incertezas quanto ao período e ao montante futuro que será dispêndio na liquidação de uma exigibilidade, exemplo de outros passivos: apropriações por competência de contas a pagar e valores devidos a empregados. (CPC 25, 2009).

Em conformidade com Santos (2004) *apud* Nunes (2017), tem-se que as provisões são passivos resultantes de ações realizadas no passado, envolvendo valores monetários que poderão ser utilizados para pagar passivos no futuro e complementam que essas provisões devem ser reconhecidas no patrimônio da empresa.

Conforme o CPC 25 (2009, p. 05):

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, neste Pronunciamento Técnico o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

Nesta senda, observamos que a provisão é abrangente aos ativos e passivos contingentes considerando que ambos abordam aspectos incertos quanto ao prazo para pagamento e valor da operação, entretanto, salienta-se que cada um possui suas particularidades.

Contudo, “Quando outro pronunciamento trata de um tipo específico de provisão ou de passivo ou ativo contingente, a entidade deve aplicar esse pronunciamento em vez do presente

pronunciamento.” CPC 25 (2009, p. 02). Deste modo, podemos citar as seguintes provisões que devem ser normatizadas por sua própria exposição: CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; CPC 06 – Operações de Arredamento Mercantil; CPC 33 – Benefícios a Empregados; CPC 11 – Contratos de Seguros; CPC 15 – Combinação de Negócios e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

De acordo com Gelbcke *et al* (2021, p. 370) desde que, atendam os critérios de reconhecimento, são exemplos de provisão “(...) b) provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; (...) d) provisão para danos ambientais causados pela entidade; e) provisão para compensações ou penalidades por quebra de contratos (contratos onerosos)”. Aguiar (2018) ressalta, que a mensuração das provisões deve ser revisada regularmente, visto que, as variações no montante das provisões podem sofrer modificações físicas e mudança no tratamento normativo contábil.

Diante as lacunas quanto as incertezas sob a mensuração e ao prazo para liquidação da obrigação, a provisão busca registrar as exigências que atendem os conceitos estipulados e os critérios de reconhecimento, dessa forma, deve ser reconhecida no passivo da empresa. Contudo, existem situações possíveis ou obrigações presentes que não atendem os critérios de reconhecimento, portanto é necessário compreender a contabilização dos passivos contingentes.

2. 4 Contabilização dos passivos contingentes

Os passivos contingentes são considerados como obrigações possíveis, visto que se trata de um fato que ainda não foi comprovadamente confirmado, ou seja, essa obrigação poderá ser adquirida ou extinguida sem que haja necessidade de realizar pagamentos. Ainda que seja reconhecida como uma obrigação presente não atende os critérios de reconhecimento estabelecidos neste pronunciamento. (CPC 25, 2009)

De acordo com o CPC 25 (2009, p. 04), passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Para Carvalho *et al.* (2006, p.190) *apud* Araújo (2013) os passivos contingentes são aqueles que terão sua confirmação definida por acontecimentos posteriores, desta forma, estes fatos não devem ser mensurados nas demonstrações financeiras das empresas, com exceção, aos contingentes que atendem aos critérios de mensuração cujos quais devem ser divulgados nas notas explicativas.

O registro dos passivos contingentes deve ser realizado quando for provável que no futuro, venha a ocorrer redução no valor dos ativos ou ocorra na aquisição de um passivo decorrente de eventos passados, cujo seu reconhecimento seja meramente mensurável. Se trata de obrigações possíveis, visto que, é facultativo a exigência de capital para pagar a obrigação. (FARIAS, 2006 *apud* MIRANDA, 2018).

Gelbcke et al (2021, p. 368) cita “no caso de responsabilidade conjunta e solidária, onde a parte da obrigação que se espera seja liquidada por terceiros é tratada como passivo contingente”, contudo, a parte a ser quitada pelos terceiros será considerada como contingente, pois se trata de ações futuras incertas quanto a sua efetivação, desta forma, somente será confirmada após a efetiva ocorrência do pagamento.

Em seguimento Caetano *et al* (2010) *apud* Amaral (2016, p.11) afirmam que são exemplos de passivo contingente “questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais”, ainda sim, defendem que apesar de ser corriqueiro no cotidiano empresarial, a mensuração das ações judiciais é complexa, visto que, o conjunto das cláusulas em julgamento estão sujeitos a modificação de valor.

Buscando representar de forma fidedigna a situação empresarial, o passivo contingente através da divulgação nas notas explicativas esclarece as possíveis situações de saídas de recursos financeiros. Do mesmo modo, existem situações possíveis de entrada de recursos que não podem ser reconhecidas como ativo, sendo assim, o conceito de ativo contingente vem evidenciar as circunstâncias incertas dos ativos.

2. 5 Contabilização dos ativos contingentes

O CPC 25 (2009, p. 04) define “Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade”. Ainda de acordo com

o pronunciamento ressalta que surgem de acontecimentos inesperados que promovem a possibilidade de aquisição de auxílio ou entrada de recursos financeiros.

A caracterização do reconhecimento de um ativo contingente se inicia quando existe a probabilidade de recebimento de recursos econômicos, oriundos de fatos que não foram idealizados ou executados pela empresa. Assim como o contexto de passivo contingente, o ativo contingente não deve ser mensurado nas demonstrações contábeis até o momento em que os critérios de divulgação sejam atendidos. (Martins *et al.*, 2013 *apud* Santos *et al.*, 2022).

Destarte, o ativo contingente não é um ativo, assim sendo, não é registrado nas demonstrações, entretanto, deve ser divulgado na complementação por notas explicativas, realizando regularmente a estimativa da mensuração dos rendimentos financeiros futuros, atendendo os princípios da prudência e da provisão. (BUENO, 2021).

A fim de ilustrar um exemplo de ativo contingente o CPC 25 (2009, p. 08), cita “Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto”. Bueno (2021) defende que as empresas divulgam o ativo contingente em notas explicativas quando o reconhecimento de créditos tributários decorrentes de revisão dos impostos ainda não tiver definição por meio de decisão judicial.

Considerando a relevância dos conceitos abordados sobre provisão, passivo contingente e ativo contingente, nota-se que ambos abordam situações incertas quanto ao prazo e valor, portanto é imprescindível a abordagem do CPC 25. O tratamento contábil evidenciado pelo CPC 25 corrobora com instruções para a correta escrituração contábil, evidentemente vai elencar aspectos acerca do reconhecimento, mensuração e divulgação de cada elemento nas demonstrações contábeis, todavia para efetiva aplicação conforme as normas contábeis é imprescindível sua abordagem.

2.6 Reconhecimento, mensuração e divulgação

O reconhecimento da provisão está associado às obrigações legais ou não formalizadas originadas no passado, de modo que, seja provável a saída dos recursos para liquidar as atribuições e estes sejam mensuráveis, dessa forma, a obrigação que atender essas características será reconhecida como provisão. (CPC 25, 2009).

De acordo com o CPC 25 (2009) as empresas não devem reconhecer os passivos contingentes em seus relatórios contábeis e orienta que deve ser realizado periodicamente

reavaliação quanto a probabilidade da saída de recursos econômicos. Segundo Schmitt, Fagundes e Ribeiro (2020), as obrigações e os direitos que se enquadram como contingentes não possibilitam estimativa confiável quanto a sua mensuração, ademais, sua confirmação é incerta e dependem de ações de terceiros.

Outrossim, os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. Pois, podem se tratar de ativos que nunca venham a se realizar, entretanto, quando a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, o ativo não é reconhecido como ativo contingente e seu reconhecimento como ativo passa a ser condizente. (CPC 25, 2009)

Conforme o CPC 25 (2009), os ativos contingentes e passivos contingentes não podem ser mensurados com confiabilidade, contudo as provisões devem atender os critérios de mensuração e o valor a ser registrado deve se enquadrar na sua melhor estimativa quanto ao desembolso necessário para extinguir a obrigação no período presente ou para transportá-la a terceiros.

O CPC 25 (2009, p.10), instrui “É preciso ter cuidado ao realizar julgamentos em condições de incerteza, para que as receitas ou ativos não sejam superavaliados e as despesas ou passivos não sejam subavaliados.”. Acerca da mensuração das provisões deve se atentar aos riscos e incertezas, o reconhecimento do valor envolve diversos pontos e circunstâncias, com isso, deve-se realizar a avaliação de suas probabilidades. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009 *apud* TALEPOROU, 2014).

Sobre os impactos do tempo sobre o valor da mensuração, “o montante das provisões deverá corresponder ao valor atual das despesas esperadas para liquidar a obrigação, utilizando taxas de descontos (líquidas de impostos) que melhor reflitam a situação do mercado e os riscos associados a esta responsabilidade.” (AGUIAR p.29, 2008). Depreendemos conforme orientações do CPC 25 (2009), que todos os aspectos futuros cuja evidência seja objetiva, deverão incorrer sobre o valor da provisão, ou seja, acerca da mensuração do valor para liquidar a obrigação.

Conforme NBC TG 25 (2017, texto digital), a divulgação da provisão deve ser registrada atendendo os critérios de mensuração, dessa forma, a entidade deverá divulgar o valor contábil e breve descrição da natureza da obrigação, nos períodos correspondentes a saída de recursos.

Segundo a Estrutura Conceitual do IASB (2014b) *apud* Aguiar (2018), devem ser apresentados nos relatórios contábeis escriturações que atendem os critérios qualitativos e

quantitativos das informações financeiras, proporcionando esclarecimentos aos seus *Stakeholders*.

Acerca da relevância das informações complementares apresentadas nas notas explicativas, Santos (2022, p. 33-34) ressalta:

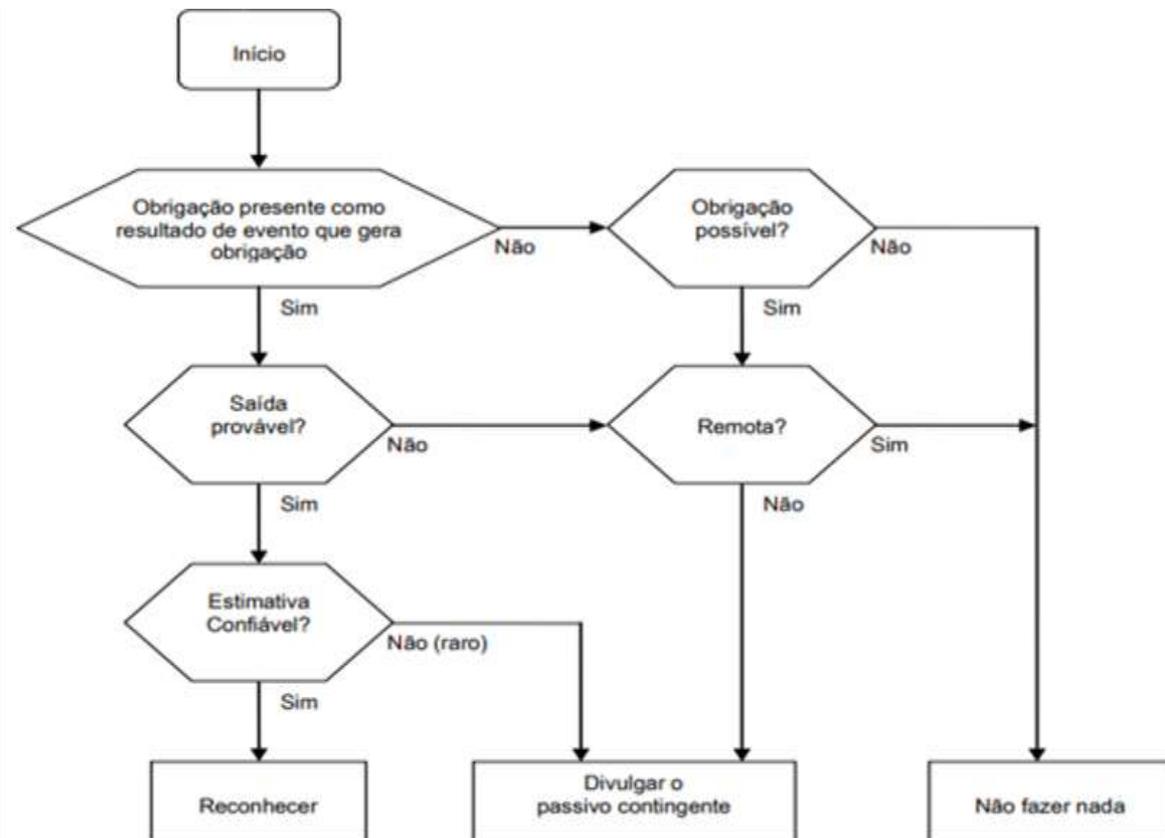
(..) informações constantes das notas explicativas, ajudam os usuários das demonstrações contábeis a estabelecer expectativas sobre as incertezas no futuro financeiro e patrimonial da entidade. Nesse contexto, as notas explicativas contêm informação adicional que oferecem descrições narrativas e detalhamento dos saldos presentes nas demonstrações, além de informação acerca de situações que não alcançaram os critérios para seu efetivo reconhecimento nas demonstrações contábeis. Ressalta-se que a publicação de notas explicativas está disposta no parágrafo 4º do artigo 176 da Lei 6.404/76, o qual estabelece que as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Dessa forma, destacamos que o registro dos contingentes e das informações adicionais são primordiais para a tomada de decisão, uma vez que ambos não podem ser registrados nas demonstrações contábeis por não atenderem os critérios de reconhecimento, no entanto, atendem os critérios de divulgação do CPC 25. De acordo com este pronunciamento, são critérios para divulgação dos passivos contingentes:

86. A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:
- (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;
 - (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
 - (c) a possibilidade de qualquer reembolso. (CPC 25, 2009, p.15).

Segundo a NBC TG 25 (2017, texto digital), a classificação de provisão ou passivo contingente é determinada pela probabilidade de ocorrência futura da saída de recursos para liquidar uma obrigação, as probabilidades são separadas em: Provável; Possível e Remota. Quando a saída de recursos for provável e a obrigação presente for mensurável será reconhecida como provisão e deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis. Se a obrigação for presente ou possível, cuja saída de recursos suceder de forma possível deverá ser divulgada em notas explicativas como contingente. No caso de obrigação presente ou possível cuja probabilidade seja remota, nenhuma divulgação ou reconhecimento é necessária.

Disposto a simplificar e facilitar a classificação das provisões e dos passivos contingentes, o fluxograma abaixo apresenta quando deve ser reconhecido a provisão e quando deve ser divulgado o passivo contingente.



FONTE: NBC TG 25 (R2, 2017)

De acordo com Gelbcke *et al* (2021), o conceito de passivo contingente evidencia por uma possível retirada de capital, ora ressalta, “(...) A entidade não reconhece um passivo contingente, sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas. Entretanto, quando a possibilidade de saída de recursos for remota, a divulgação não é necessária”. GELBCKE *et al* (2021, p.368).

A divulgação dos ativos contingentes de acordo com o CPC 25 (2009, p.16), deve ser realizada “Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões (...)”. A divulgação deve ser realizada de forma minuciosa, com a intenção de impedir que sejam publicadas informações impertinentes quanto a probabilidade de benefícios. (NBC TG 25, 2017, texto digital).

Em concordância com Bueno (2021), o ativo contingente possui expressiva importância na exploração dos relatórios contábeis das empresas, ainda que, não seja considerado como um ativo que proporcione intervenção instantânea nos resultados patrimoniais e contábeis da entidade, evidenciam provável crescimento patrimonial, cuja realização poderá interferir nos resultados futuros, dessa forma, deve ser divulgada como um complemento.

Gelbcke *et al* (2021) ressalta, deve ser realizado periodicamente uma avaliação sobre a probabilidade da ocorrência de entrada de recursos, visto que, a estimativa poderá deixar de ser provável e passar a ser considerada como praticamente certa, dessa forma, deixará de ser considerada como contingente e passará a ser reconhecida como ativo.

Os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação acerca dos elementos abordados, são aplicados no registro dos fatos contábeis nas demonstrações contábeis, uma vez que, para a efetiva escrituração do valor em análise, o mesmo deve atender os preceitos estipulados. Nesse sentido, é importante evidenciar que existe uma vasta demanda de informação contábil por diversos usuários, desta forma, é necessário que se entenda a abrangência dessas informações e sua interferência na gestão empresarial.

2.7 A importância da qualidade das informações contábeis

A contabilidade através das informações contábeis exerce papel fundamental no gerenciamento e planejamento empresarial, reconhecida como um dos recursos mais importantes, auxilia no controle financeiro e promove a competitividade no mercado, além do mais, a informação contábil que possui qualidade se torna ferramenta de gestão na tomada de decisão. (BERNADES, MIRANDA, 2011; CAMPOS, 2021).

Conforme Bernades, Miranda (2011) e Campos (2021), a falta de aplicação das normas juntamente com a omissão ou alteração das informações contábeis, desencadeiam demonstrativos irreais, por conseguinte, irá fornecer dados distorcidos quanto à realidade patrimonial da empresa. Em consequência afirmam que, os gestores tomaram decisões sem respaldo à real situação empresarial, em virtude da divulgação exclusiva para atender as imposições fiscais.

A respeito das consequências sofridas pela gestão empresarial “(...) por falta de assessoria ou desconhecimento de informações por parte da contabilidade das Pequenas e Médias Empresas – PME’s tomam decisões baseadas em suas experiências e os resultados não

garantem sucesso das mesmas” (MARION, 2012 *apud* DANIEL, 2022, p.09). Dessa forma, Daniel (2022) ressalta que os gestores devem se atentar as informações contábeis, a fim de aproveitar situações oportunas e ter confiabilidade em suas decisões.

Em concessão com Crepaldi (2011, p. 12). “um sistema de informação contábil adequadamente estruturado irá permitir uma gestão eficaz das informações necessárias para a gestão econômica e financeira da empresa”, sendo assim, é relevante evidenciar que, o sistema contábil considerado adequado deve primordialmente atender as normas e princípios contábeis aceitos.

De acordo com Ribeiro (2012) *apud* Nunes (2017), a avaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras, em relação as provisões, ativos contingentes e passivos contingentes é de grande relevância, pois seus resultados podem alterar o resultado empresarial e a situação patrimonial, conseqüentemente, os dados apresentados acarretarão reflexos na avaliação empresarial sob visão do mercado externo, instituições financeiras e se tratando de empresas com capital aberto afetaram no mercado de ações e na bolsa de valores.

Portanto, sob este enfoque é de suma importância que as micro e pequenas empresas realizem a escrituração contábil de toda sua movimentação financeira e patrimonial, uma vez que, são indispensáveis na análise do desempenho e na elaboração do planejamento empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o diálogo epistemológico estabelecido na presente investigação, a pesquisa em comento busca demonstrar a vasta abrangência da divulgação da informação contábil e tem-se que a contabilidade diante da sua evolução busca evidenciar aspectos que possam vir a contribuir no apoio à tomada de decisão. Dessa forma, é notório que uma eficiente gestão empresarial demande acesso às informações contábeis que forneça, por sua vez, informações necessárias e úteis.

A contabilidade através da transformação dos dados obtidos em informações contábeis deve respeitar os critérios obrigatórios de reconhecimento, mensuração e divulgação estabelecidos pelas normativas, posto que, são instituídas para garantir a homogeneidade contábil. Infere-se por conseguinte, a viabilizar uma vasta realização de análise, tal como, aplicação de índices financeiros, projeções, comparações dos períodos ou de outras instituições.

Mediante a abordagem acerca das provisões e das contingências, foi possível identificar que ambos têm como finalidade a preservação dos ativos, uma vez que, de acordo com o princípio da prudência, deve-se manter cautela ao encontrar situações de riscos e incertezas, deste modo, de acordo com este princípio deve-se adotar menor valor aos ativos e maior valor aos passivos.

Assim sendo, os contingentes não podem ser registrados nas demonstrações, visto que, tratam-se de situações possíveis que podem não vir a acontecer, entretanto, é de suma importância que seja realizado sua divulgação nas notas explicativas conforme a orientação técnica. Quanto as provisões são reconhecidas, em razão de possibilitar estimativa confiável quanto ao valor a ser dispêndio.

Dessa forma, a referida pesquisa ressalta a importância da atualização e da aplicação das normas em relação a provisão e os contingentes pelas micro e pequenas empresas, pois tratam-se de dados que irão proporcionar auxílio no processo decisório da gestão da empresa e demais usuários. Tem-se por intermédio da problemática ora levantada a qual permitiu verificar que, a aplicação do CPC 25 demanda rigorosamente a interferência da gestão empresarial, já que, os critérios contábeis abordados requerem conhecimento específico e abrangente quanto aos aspectos monetários, temporários, quantitativos e qualitativos da movimentação. Por conseguinte, a variação quanto ao seu reconhecimento poderá interferir no tratamento contábil.

Deste modo, a contabilidade através de suas ferramentas proporciona impactos positivos quanto a tomada de decisão, outrossim, desperta interesse do público em geral em decorrência da transparência dos resultados. Incentivando a participação de investidores, clientes, fornecedores e instituições financeiras a participarem da movimentação da empresa.

Vale destacar então, que a aplicação das instruções técnicas presentes nesta pesquisa oferece as empresas ascensão de crescimento no mercado, uma vez que resguarda o patrimônio por intermédio da análise de fatores possíveis futuros. Salienta-se também que é de suma importância a participação de profissionais qualificados para que o registro seja realizado de forma eficiente.

Depreende-se, conseqüentemente, que há limitações para a presente investigação, que somente problematizou o tema proposto do ponto de vista teórico. De outro giro, observamos que as respostas trazidas no estudo em questão têm a finalidade de fomentar outras discussões epistemológicas do mesmo porte, em sede de graduação e demais níveis, ficando, desde já, assentado a pertinência das informações contábeis para o sucesso das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Yessica Karina de Sousa de. **Índice de Conformidade da Divulgação de Informação no Âmbito da IAS 37 – Análise a Sociedades Cotadas em Quatro Mercados Bolsista Europeus no Ano de 2016**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17659/1/master_yessica_sousa_aguiar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

AMARAL, Roberto Alexandre do. **Análise Histórica sobre o Refis – Uma Visão sob o Aspecto do CPC 25 – IAS 37**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AA3M7X/1/monografia_analise_historica_sobre_o_refis_uma_visao_sob_o_aspecto_do_cpc_25_ias_37.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ARAÚJO, Paula Cristina Freitas Ferreira. **Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes. Evolução do tratamento contabilístico das provisões, passivos contingentes e activos contingentes nas Demonstrações Financeiras em Portugal (do POC ao SNC)**. Porto: Recipp, 2013. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7598/1/DM_PaulaAraujo_2013.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

ARCA, Daniela Leme. **Reconhecimento das Informações Económicas de Decorrentes do Contencioso Tributário nas Demonstrações Contábeis: Uma Análise das Normas de Convergência ao IAS 37 Diante das Normas Processuais Vigentes**. São Paulo: Mackenzie, 2020. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/28476/DANIELA%20LEME%20ARCA%20PG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 set. 2022.

BERNARDES, Danúlia Peixer Galm; MIRANDA, Luiz Carlos. **Quatro histórias da utilização de informação econômico-financeira nas Micro e Pequenas Empresas: Lições para futuros empreendedores**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 3, p. 84-98, Set./Dez., 2011. Disponível em: <<https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/231/173>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Lei Complementar N° 123, de 14 de Dezembro de 2006. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BUENO, Reginaldo dos Santos. **Contabilização de Indébitos Tributários como Ativos Contingentes: Análise do tratamento contábil empregado por empresas de capital aberto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**. Porto Alegre: Repositório Jesuita, 2021. Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11187/Reginaldo%20dos%20Santos%20Bueno.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 set. 2022.

CAMPOS, Gabriel Oliveira. **A utilização da contabilidade pelas micro e pequenas empresas na perspectiva da literatura nacional**. 2021. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31893/1/Utiliza%c3%a7%c3%a3oContabilidadeMicro.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contador, conheça as Normas de Contabilidade voltadas para as micro e pequenas empresas**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/contador-conheca-as-normas-de-contabilidade-voltadas-para-as-micro-e-pequenas-empresas/>>. Acesso em: 05 out. 2022.

_____. **Resolução NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. **Resolução NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília, 2017. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25(R2).pdf)>. Acesso em: 04 set. 2022.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2019.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. **Conheça o CPC**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC#:~:text=Criado%20pela%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CFC%20n%C2%BA,centraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20uniformiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20seu>>. Acesso em: 04 out.2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DANIEL, Joab Mendes. **O uso das informações contábeis pelos gestores das micro e pequenas empresas na gestão dos seus negócios**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48838/1/TCC_JoabMendes.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

GELBCKE, Ernesto Rubens. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3º edição. São Paulo: Atlas, 2021.

LEITE, José Roque. **Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes (IAS 37/CPC25): Análise Comparativa entre Brasil e França**. São Paulo: Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas, 2018. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24516/EVIDENCIA%
c3%87%20DE%20PROVIS%20ES%20E%20PASSIVOS%20CONTINGENTES%20%28IAS%2037CPC%2025%29%20v.f..pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24516/EVIDENCIA%c3%87%20DE%20PROVIS%20ES%20E%20PASSIVOS%20CONTINGENTES%20%28IAS%2037CPC%2025%29%20v.f..pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LOSEKANN, Vanderleia Leal; LEHNHART, Eliete dos Reis; PEREIRA, Ricardo. **Impacto esperado sobre o patrimônio líquido de reavaliações de provisões para contingências, de remota para possível e de possível para provável**. Salvador: Revista De Contabilidade Da UFBA, 12(1), 250–270, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i1.22236>>. Acesso em: 10 set. 2022.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. - 2º Ed. Revista – São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MIRANDA, Natália Costa. **Provisão, ativos e passivos contingentes, situações, prováveis ou remotas**. Santarém: IPOG, 2017. Disponível em: <<https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/natalia-costa-miranda-5719101.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2022.

NUNES, Marcus Vinicius. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes: Um estudo sobre Divulgação das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA**. Rio Verde: UniRV, 2017. Disponível em: <<https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Provisoes.pdf>>. Acesso em: 04 Set. 2022.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária: 330 questões de múltipla escolha com gabarito**. 10º Ed. Barueri: Atlas, 2022.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de empresa**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SANTOS, Gilberto Santiago Silva. *et al.* **Reconhecimento de Ativos Contingentes: Uma Análise dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) Da Comissão De Valores Mobiliários (CVM)**. Minas Gerais: RMC, Revista Mineira de Contabilidade, v. 23, n. 1, art. 1, p. 10 – 2, 2022. Disponível em: <<https://rcmg.emnuvens.com.br/rmc/article/view/1288/577848>>. Acesso em: 04 Set. 2022.

SANTOS, Hélder Silva dos. **Utilização das provisões e dos passivos contingentes para avaliação do grau de litígio tributário das empresas brasileiras: uma análise dos seus determinantes e das suas consequências para o valor de mercado**. São Paulo: Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-01072022-125813/publico/HelderSilvadosSantosCorrigida.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2022.

SCHMITT, Matheus; FAGUNDES, Ernando; RIBEIRO, Alex Mussoi. **Provável, possível ou remoto? Um estudo acerca das contingências tributárias dos bancos brasileiros.** Rio Grande do Norte: REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. 1.], v. 12, n. 1, p. 109–129, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/18364>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Marina Magalhães de; MARTINEZ, Antonio Lopo. **Os Determinantes do Cumprimento das Normas de Disclosure do CPC 25.** Brasília: ResearchGate, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Lopo-Martinez/publication/329359064_Os_Determinantes_do_Cumprimento_das_Normas_de_Disclosure_do_CPC_25/links/5c03f3ce92851c63cab5c7c0/Os-Determinantes-do-Cumprimento-das-Normas-de-Disclosure-do-CPC-25.pdf>. Acesso em: 30 ago.2022.

TALEPOROU, Christina Mateus. **Provisões e Passivo Contingente Ambientais: Análise do Reconhecimento, da Mensuração e da Divulgação Pelas Empresas de Energia Elétrica Segundo o CPC 25.** Fortaleza: Repositório Universitário Federal do Ceará, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31023/1/2014_tcc_cmtaleporou.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.



Reiva
Revista



O DESASTRE DA BARRAGEM DO FUNDÃO E OS PASSIVOS AMBIENTAIS

THE FUNDÃO DAM DISASTER AND ENVIRONMENTAL LIABILITIES

Denise Pereira de Moraes

RESUMO

As organizações em geral têm o objetivo de suprir a necessidade da população, seja ela em produtos ou serviços ofertados, entretanto, todas elas devem possuir como requisitos prioritários a sustentabilidade ambiental. Para o presente estudo, foram feitas uma série de pesquisas bibliográficas com autores renomados em artigos, livros, sites e conselhos, buscando aprofundar o conhecimento sobre o maior desastre ambiental que o Brasil conheceu nos últimos tempos que foi o rompimento da barragem de fundão na cidade de Mariana – MG. O objetivo do presente estudo será demonstrar os passivos ambientais causados pela empresa Samarco e na sucessão de consequências que ultrapassam as esferas ambientais e chegam ao coração de cada brasileiro envolvido. As consequências ambientais serão demonstradas em diversas espécies animais, vegetais e minerais que foram extintas. A importância desse tipo de estudo se destaca para demonstrar a relevância da responsabilidade ambiental que toda organização deve ter para preservação das gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalização. Planejamento Ambiental. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A maior catástrofe ambiental da história do Brasil ocorreu na cidade de Mariana-MG em 5 de novembro de 2015. Tal tragédia foi provocada pelo rompimento da Barragem do Fundão, utilizada para armazenar os rejeitos de minério de ferro explorados pela empresa Samarco Mineração S.A., empresa brasileira fundada no ano de 1977, de capital fechado e controlada em partes iguais pelas acionistas BHP Billiton Brasil Ltda e Vale S.A.

O ocorrido causou a destruição do meio-ambiente, contaminação de rios, do solo e um saldo de 19 mortos. No total foram afetados pelo mar de lama 39 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde moram aproximadamente 1,2 milhões de pessoas, as quais viram suas vidas afetadas completamente.

Além das vidas eivadas pela imprudência desmedida do capitalismo exagerado, houve também os danos materiais incalculáveis. Mais de dois mil hectares de solo inundado e sem vida marcando a história de um país que ao invés de somente legislar, deveria fiscalizar.

2.1 ANÁLISES DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO E OS PASSIVOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO DESASTRE

Os danos ambientais do desastre de Mariana foram tão nocivos que os pesquisadores ainda buscam respostas para entender os efeitos da ação e como a natureza poderá se recompor.

A lama e os resíduos da mineração atravessaram mais de 600 km até atingir o Oceano Atlântico, onde originaram impactos ambientais ao ecossistema marinho, principalmente aos recifes de corais.

Bergamini (1999) descreve que os problemas ambientais são respostas diretas da exploração dos meios naturais ungidos pela busca cada vez maior por crescimento e pelo desenvolvimento econômico. O autor salienta que em muitas das ocorrências de desastres ambientais, está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico industrial, e sua escala de desrespeito à natureza e à população são medidos pelo grau de negligência das empresas com o universo circundante.

Durante a avalanche de lama, a maior parte dos peixes morreu e como consequência 26 espécies desapareceu da área. Houve também animais terrestres como pequenos mamíferos e anfíbios que foram soterrados pela lama. Toda a vegetação próxima aos trechos dos rios foi arrancada pela força das águas ou ficaram submersas, causando danos as nascentes.

Outro ponto relevante que ocorreu como consequência do desastre foi que a lama tóxica de resíduos químicos impediu a realização da fotossíntese através da fitoplâncton, que é a sustentação da cadeia alimentar aquática contaminando peixes e diversos organismos aquáticos. Todos os rios atingidos ocorreram mudanças drásticas em seu curso devido à destruição de

mata ciliar e também do soterramento de suas nascentes como já descrito. O solo tornou-se infértil devido à alteração de sua composição química o que impede o desenvolvimento de espécies vegetais.

2.2 EVIDENCIAÇÕES JURÍDICAS E O COMPROMETIMENTO AMBIENTAL

O preceito contábil brasileiro NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, aprovada em 19 de agosto de 2004 pelo Conselho Federal Contabilidade (CFC), determina sistemas para a comprovação de informações de natureza social e ambiental à coletividade. De acordo com a norma, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais (CFC, 2004).

A norma técnica exposta à cima vem evidenciar a obrigatoriedade da responsabilidade socioambiental dentro do ambiente organizacional. Tal requisito legal não foi cumprido pela empresa Samarco no caso demonstrado, ficando provado através das multas recebidas e pela devastação causada no meio ambiente.

Em nosso país, a lei nº 9.605/88 – Lei referente aos Crimes Ambientais possibilitou a conscientização e a fiscalização da coletividade a cerca do meio ambiente, e com isso as instituições brasileiras enfatizaram a importância da prevenção a danos ambientais, os quais são inerentes a sua atividade, sejam eles diretos, como a dispersão de recursos da natureza; ou indiretos, como a dispensação de gases poluentes no meio ambiente (Brasil, 1998; Bertoli & Ribeiro, 2006).

Os crimes ambientais tipificados na referida lei são contra a fauna, a flora, a poluição, contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, entre outras. Tais irregularidades são condenáveis conforme a gravidade da infração podendo a pena implicar em reclusão.

Há também a lei 12.305/2010 também é de extrema relevância para o assunto em questão, tendo em vista os princípios que estabelece sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos, incluindo os perigosos. Esta lei responsabiliza de forma severa as responsabilidades dos geradores e do poder público em fiscalizar.

E os geradores desses resíduos devem observar a seguinte ordem de prioridade: Não geração; Redução; Reutilização; Reciclagem; Tratamento dos resíduos sólidos; E disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A lei 12.305 /2010 assim define o que são os resíduos sólidos: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido.

2.3 ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Os demonstrativos contábeis possuem por objetivo comprovar as posições patrimoniais, financeiras e econômicas de uma organização. Marion (2010) julga a Contabilidade como uma ferramenta, que traz sustentação à administração de uma organização nas tomadas de decisões, avaliando e constatando todos os dados econômicos e financeiros da organização a partir de relatórios. Tais demonstrações se constituem como os referidos relatórios ou sumários que evidenciam os aspectos econômicos e/ou patrimoniais.

Para Penteado:

[...] a análise econômica fornece as projeções de curto e longo prazo para a economia como um todo, em termos de produção nacional de bens e serviços, inflação, lucros, políticas fiscais e monetárias e produtividade, ou seja, os fundamentos para as estimativas futuras do mercado de capitais, setores e companhia. (Penteado, 2003, p. 70)

Referente ao rompimento da barragem de Fundão, à luz do CPC 25 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009), observa-se o acidente como um evento de grande proporção que gerou obrigações para a mineradora Samarco devido à necessidade de

reparação dos danos ambientais já que a situação aqui citada exerce por si só a reparação dos impactos aos afetados nas diferentes frentes até aqui abordadas, que exaltam como mais relevante à reparação ambiental.

Esta obrigatoriedade de reparação dos passivos ambientais vai de encontro às orientações técnicas apresentadas pelo CPC (2009) “as quais exigem, para o reconhecimento da provisão, o valor que representa a melhor estimativa do desembolso exigido para a liquidação da obrigação presente na data do balanço. Além disso, por tratar-se de um caso complexo, as mensurações especulativas ou preliminarmente elaboradas diferem das oficiais, já que podem não levar em conta o desconto a valor presente e o valor do dinheiro no tempo, entre outras especificidades técnicas”.

Simulação do impacto das provisões e passivos contingentes no resultado do exercício

Item	Montante (milhares)	Porcentagem
Prejuízo do Exercício	R\$ 5.836.517	100%
Total - Provisões (1)	R\$ 10.004.802	171%
Total de Passivos Contingentes	R\$ 432,356	0,01%
Total – Provisões e Passivos Contingentes	R\$ 10.005.234.356	171%

Fonte: elaborada com base nos dados da Samarco (2016)

Os passivos contingentes descritos pela empresa Samarco o ano de 2016 conforme tabela acima caracteriza a saída de recursos econômicos “possíveis” para amenizar a ocorrência dos eventos. Entretanto, a empresa não levou em consideração os pareceres técnicos dos órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais “a barragem continha 50 milhões de m³ de rejeitos de mineração de ferro, os quais, sob a forma de uma onda de lama, percorreram, aproximadamente, 663,2 quilômetros, atingindo 50 municípios e dois estados até chegar ao mar, após 17 dias do ocorrido, no distrito de Regência, em Linhares, Espírito Santo” (BORGES, 2015)

A Emater-MG divulgou o resultado de levantamento do valor dos danos locais: “um prejuízo de aproximadamente R\$ 23,2 milhões dos produtores rurais atingidos pelo desastre, os quais se concentraram em áreas utilizadas para pastagem, campineiras, plantações de cana-de-açúcar, grãos e horticultura; R\$ 3,3 milhões referentes a financiamentos de crédito rural de 34

produtores; e 23,1 milhões relativos às propriedades afetadas” (PRODUTORES, 2016). Nota-se o grau de incerteza que ainda assola a região mineira devido os danos futuros serem evidentes diante de todo o contexto relatado no presente estudo. As divulgações contábil-financeiras apresentadas pela empresa Samarco S.A. objetivam apenas amenizar o impacto gerado pelo rompimento da barragem do Fundão.

CONCLUSÃO

Desta maneira, a Contabilidade Ambiental despertou novas discussões, entre elas a principal e de maior relevância verifica-se no sentido do custo ambiental; a estimação do passivo ambiental; o emprego de notas explicativas abrangentes e o uso de parâmetros de desempenho ambiental, estabelecidos no processo de provimento de informações ao público.

Portanto, o Estado deveria cumprir papel fundamental para que esses tipos de desastre, frequentes e de magnitudes assustadoras, não aconteçam em nosso país. Em todos os níveis – municipal estadual e federal, não há fiscalização adequada, nem programas de prevenção efetivas dos problemas ambientais. A palavra ineficaz talvez defina a atuação do Estado em todas as etapas, porque o Estado não dá o merecido valor ao meio ambiente, sendo esse fundamental para a continuidade de vida humana, vegetal e animal.

A elaboração do presente estudo permitiu apresentar que o acidente do rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015 é icônico, pois seu princípio, consequências e remediações despertaram o enfoque informativo e judicial. Em consonância, dentro da área contábil-financeira, a observação das demonstrações financeiras citadas da Samarco S.A. permite concluir que o acidente e o posterior reconhecimento das provisões foram meramente informativos devido a grande proporção ainda sentida pelo desastre nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assaf, A., Neto (2012). Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro : comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. São Paulo: Atlas. Bergamini,

S., Jr. (2000). Custos emergentes na contabilidade ambiental. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. 3(9), 03 nov. 2022.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Acesso em: 06 nov. 2022

Brasil. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Presidência da República. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 06 nov. 2022

Bertoli, A. L., & Ribeiro, M. S. (2006). Passivo ambiental: estudo de caso da petróleo brasileiro S.A. – Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, 10(2), 117-136. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552006000200007> Acesso em: 06 nov. 2022

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** Brasília, Junho, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2004, 19 agosto). **Diário Oficial da União**. NBC T15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/folha/folha29/ambiental.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

_____. **Demonstrações Financeiras** Em 31 de dezembro de 2015. 2016. Disponível em: <http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2015-DFs_portugues_final_07062016.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Tragédia em Mariana: produção em áreas atingidas está comprometida. 17 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8410974/tragedia-em-mariana-producao-agropecuaria-em-areas-atingidas-esta-comprometida>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Mineradora Samarco é multada em R\$ 250 milhões por catástrofe ambiental.** 12 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.ibama.gov.br/publicadas/samarco-e-multada-em-r250-milhoes-por-catastrofe-ambiental>>. Acesso em: 06 nov. 2022

Marion, J. C. (2010). **Análise das Demonstração Contábeis** (5. ed.). São Paulo: Atlas. Acesso em: 06 nov. 2022

Penteado, M. A. B. (2003). **Uma Avaliação Estatística da Análise Gráfica no Mercado de Ações Brasileiro à Luz da Teoria dos Mercados Eficientes e das Finanças Comportamentais**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Acesso em: 04 nov. 2022.





A importância da Gestão financeira nas empresas
The importance of financial management in companies
La importancia de la gestión financiera en las empresas

Kleiton Rezende

RESUMO

Este presente trabalho discorre sobre a gestão financeira empresarial, onde envolve todos os processos e atividades relacionados ao planejamento, administração, acompanhamento e análise das finanças do negócio. Tem como objetivo saber exatamente quanto dinheiro a empresa possui ou planeja ter. Estipular prazos e analisar se os resultados estão dentro ou perto do esperado. Quanto é necessário para sua operação e qual sua margem de lucro com as vendas. Só é possível estabelecer as metas e objetivos de um negócio quando se faz uma gestão das finanças realmente eficiente. Dessa maneira, profissionais de gestão financeira capacitados são cada vez mais procurados no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão financeira empresarial. Profissionais de Gestão Financeira. Planejamento. Administração.

ABSTRACT

This present work discusses business financial management, which involves all processes and activities related to planning, administration, monitoring and analysis of business finances. It aims to know exactly how much money the company has or plans to have. Stipulate deadlines and analyze whether the results are within or close to expectations. How much is needed for your operation and what is your profit margin with sales. It is only possible to establish the goals and objectives of a business when there is really efficient financial management. In this way, trained financial management professionals are increasingly sought after in the job market.

KEYWORDS: Business financial management. Financial Management Professionals. Planning. Administration.

INTRODUÇÃO

É conhecimento geral que a gestão financeira é uma das funções administrativas mais importantes em uma empresa. Responsável por planejar e controlar o uso dos recursos da organização, a gestão financeira influencia em todos os setores do empreendimento, pois o funcionamento de cada um deles depende do orçamento.

É graças à correta aplicação de recursos que as operações conseguem gerar lucro para a empresa. Fica evidente que a gestão financeira é estratégica. Apesar disso, essa área, comumente, emperra em barreiras como a dificuldade de estabelecer processos, falhas analíticas, perda de informação, planejamento ineficaz e erros de apuração.

Deficiências como essas levam a uma visão distorcida sobre a realidade financeira da organização, gerando prejuízos ocasionados por fatores como riscos não gerenciados, baixa competitividade, custos elevados e perda de oportunidades de negócio. Neste artigo, você entenderá melhor o papel da gestão financeira empresarial.

Conceito, etapas e principais objetivos da gestão financeira nas empresas.

A **gestão financeira** é a área que cuida das finanças da empresa, auxiliando nas tomadas de decisões em relação às ações que envolvem o capital da instituição, além disso, deixa claro o gerenciamento das informações geradas pela área da contabilidade. SANTOS LEAL (2018, p. 6) define gestão financeira como o conjunto de ações e processos administrativos que envolvem planejamento, controle das atividades financeiras visando maximizar os resultados financeiros decorrentes de suas atividades dentro do período.

A gestão financeira é subdividida em duas áreas, sendo elas: **a precificação dos produtos e o fluxo de caixa.**

- A precificação dos produtos visa ratear os custos envolvidos na produção do produto, para que a empresa tenha noção de qual o valor bruto deve ser cobrado no comércio sem prejuízos e por consequência, ter noções de lucro sobre seu portfólio.
- O fluxo de caixa faz uma análise dos gastos e valores recebidos pela empresa, para que faça uma análise futura do saldo que ela terá, assim poderá saber quanto capital a empresa tem e onde serão seus gastos, investimentos e o lucro.

O objetivo da gestão financeira nas empresas é nortear as decisões da organização, melhorar os resultados apresentados pela empresa e aumentar o valor do patrimônio por meio da geração de lucro líquido proveniente das atividades operacionais. Além disso, uma boa administração visa assegurar um melhor fornecimento de produtos, um uso correto dos bens da empresa e um planejamento sólido para o equilíbrio de gastos e ganhos.

A gestão financeira, sob o ponto de vista da técnica é uma ferramenta para controlar, da forma mais eficaz possível, a concessão de crédito para clientes, planejamento, análise de investimentos de empresas, visando o desenvolvimento organizacional e evitando gastos desnecessários. [...] Ela é responsável pelas decisões que podem determinar os rumos da empresa e seu sucesso ou fracasso. SILVA COSTA; AQUINO; DEMARCHI, 2018, p.16.

Muitas vezes as empresas não têm nem ideia de quanto estão ganhando e gastando, ou as decisões sobre aplicações e investimentos são feitas de forma errada. Esses são apenas exemplos de uma má gestão financeira. Tanto esses exemplos, assim como outros, são causados por falta de informações, análises erradas, planejamento errado, entre outros fatores.

Um dos maiores erros cometidos no mundo empresarial, principalmente entre pequenos empresários, é misturar a gestão financeira da empresa com a conta pessoal do empresário. Para muitos, se trata de uma coisa só, e isso é uma temeridade.

Através da identificação dos problemas, um gestor é capaz de definir a melhor opção de busca de recursos seja para investimento ou qualquer outra necessidade. O administrador deve ter conhecimento de todas as áreas da empresa, incluindo previsões de recebimento e pagamento, e a partir de todas as análises, tomar a decisão mais apropriada no momento. GOMES, Camilla. A importância da gestão e análise financeira. CADERNO DISCENTE, v. 2, n. 1, 2015.

Dessa maneira, a contratação de um consultor financeiro que lhe ajude a identificar outras formas mais estratégicas de fazer a gestão da empresa e pessoal pode economizar muito tempo e dinheiro, além de diminuir as situações desconfortáveis que podem surgir futuramente e aumentar o lucro da sua empresa.

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado, conclui-se que a gestão financeira é fundamental para qualquer empresa, por ser responsável por planejar e controlar o uso dos seus recursos.

Todos os setores da empresa são influenciados pela gestão financeira, já que é ela quem faz o orçamento da empresa e define para onde vão esses recursos. A importância da gestão financeira deve ser alinhada com o propósito da empresa, além do seu processo organizacional, também é de suma importância que seja coerente com o que pensam as pessoas que trabalham nela. Ou melhor, as pessoas devem estar conectadas ao propósito, porque somente dessa forma poderão fazer com que a empresa tenha uma boa gestão.

Manter as finanças da empresa em dia é essencial para que as atividades fluam. Afinal, nada melhor para a saúde do negócio do que chegar ao final do mês com um bom faturamento e as contas no verde. Essa responsabilidade, que passa por todo setor financeiro, é enorme: Cuidar da entrada de caixa, pagar contas e, de forma estratégica, identificar gastos desnecessários e encontrar soluções viáveis para eliminá-los. A administração do capital é, portanto, uma forma de arquitetar a empresa — mas não se trata de um processo único.

A gestão financeira é cíclica dentro de uma organização, e pode estar imersa em cenários voláteis e com diferentes condições de investimentos. É por isso que fazer uma boa gestão financeira é um verdadeiro desafio. É preciso um olhar estratégico e atualizado para que sua empresa não fique para trás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2516/1/TCC%20ELISANGELA%20DOS%20SANTOS%20LEAL.pdf> – Acesso em: 09 de junho de 2022.

<https://unipacto.com.br/storage/gallery/files/nice/documentos/LIVRO%20-%20ADMINISTRACAO%20-%202022.pdf#page=73> – Acesso em: 09 de junho de 2022.

http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1497/Gestao_Financeira_ADMINISTRACAO-IFSP.pdf?sequence=1 – Acesso em: 09 de junho de 2022.

<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/16321/12239> – Acesso em: 09 de junho de 2022.

<https://www.equals.com.br/blog/qual-a-importancia-da-gestao-financeira-e-como-aplicar-la-ao-negocio/> – Acesso em: 09 de junho de 2022.

<https://www.totvs.com/blog/servicos-financeiros/gestao-financeira/#:~:text=Gest%C3%A3o%20financeira%20%C3%A9%20o%20conjunto,e%20planejar%20suas%20atividades%20financeiras.> – Acesso em: 09 de junho de 2022.

